



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

456

Keynes, Filósofo Social

Fernando Nogueira da Costa

Outubro 2023



ie Instituto de
economia

Keynes, Filósofo Social

Fernando Nogueira da Costa¹

Resumo

Sobre aspectos da vida pessoal e política de John Maynard Keynes versará este Texto para Discussão, dirigido aos economistas necessitados de conhecer outras dimensões da vida, além da econômica, para ser transdisciplinar tal como ele e analisar a economia como um dos componentes de um sistema complexo. Resumirei ensaios, datados de 1924 a 1930, os quais abordam o contraste entre a eficiência econômica da civilização capitalista e as suas deficiências morais. A contradição surge da motivação por “amor ao dinheiro”. Encerrarei com o ensaio “Possibilidades Econômicas para os Nossos Netos” (1930), onde entre o capitalismo e o comunismo optou por aquele.

Palavras-chave: Escolas de Pensamento e Metodologia Econômica, História do Pensamento Econômico desde 1925, Macroeconomia, História do Pensamento: Indivíduos.

Abstract

Keynes, a Social Philosopher

This Discussion Text will address aspects of the personal and political life of John Maynard Keynes, aimed at economists who need to know other dimensions of life, in addition to the economic one, to be transdisciplinary like him and analyze the economy as one of the components of a complex system. I will summarize essays, dating from 1924 to 1930, which address the contrast between the economic efficiency of capitalist civilization and its moral deficiencies. The contradiction arises from the motivation Keynes called “the love of money”. I will close with the essay “Economic Possibilities for Our Grandchildren” (1930), where between capitalism and communism Keynes chose the capitalism.

Keywords: Schools of Economic Thought and Methodology, History of Economic Thought since 1925, Macroeconomics, History of Thought: Individuals.

Classificação JEL: B, B2, B22, B3.

Sumário

Prefácio.....	2
Quem foi John Maynard Keynes?	4
Keynes: Questão de Método.....	11
Crenças: Passageiras ou Eternas?	14
Ascensão do Laissez-Faire	17
Ascensão e Queda do Laissez-Faire	20
Agenda de Estado.....	23
Keynes, um Liberal	25
Keynes, um Anticomunista.....	28
Economia e Religião na Rússia Soviética	31
Possibilidades Econômicas para os nossos Netos	33
Antevisão do Futuro com Trabalho Criativo	36
Considerações Finais: Keynes, Filósofo Social.....	38
Bibliografia.....	44

(1) Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com. Blog: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. E-mail: fercos@eco.unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3609-5799>.

Prefácio

Além do ensino de Economia, o ativismo de John Maynard Keynes se exerceu em quatro domínios públicos principais: as finanças, a política, o jornalismo e a proteção das artes. Como especulador em ações, no fim da vida, possuía um grande patrimônio.

Em 1921, ele se tornou jornalista. Colaborou de forma regular (e remunerada) no Manchester Guardian. Em 1923, assumiu a presidência do Conselho Administrativo do periódico liberal *Nation and Atheneum*, e convidou seus amigos de Bloomsbury a escrever. Ele mesmo escrevia com frequência, seja em seu próprio nome, seja como autor anônimo, ou ainda sob o pseudônimo de *Siela*.

Em 1931, realizou a fusão desse periódico com o *New Statesman*, passando a presidir o Conselho Administrativo do *New Statesman and Nation*. Até o fim da vida utilizou os jornais e os programas radiofônicos para suas intervenções como intelectual público, formador de opinião especializada e pública. Preferia escrever para o público em geral em lugar do formalismo acadêmico.

O essencial da *vida política* de Keynes consistiu em ser conselheiro econômico do Partido Liberal. A vida política inglesa organizava-se, tradicionalmente, em torno da alternância de dois partidos políticos principais. Durante o século XIX, foi a oposição dos Whigs, *liberais*, e dos Tories, *conservadores*. Seu pai era simpatizante destes ele daqueles. Os liberais eram a favor do livre-câmbio e situavam-se *à esquerda do espectro político*.

O Partido Trabalhista Britânico (PTB) surgiu no fim do século XIX, visando representar os interesses e as necessidades dos trabalhadores urbanos. Eles haviam crescido em número expressivo e muitos deles só haviam ganhado direito ao sufrágio após a aprovação do Ato de Representação do Povo de 1884.

Alguns sindicalistas tiveram a intenção de adentrar na esfera política após ampliações do direito de voto em 1867 e 1885. Antes do PTB, o Partido Liberal do Reino Unido abrigou algumas candidaturas apoiadas pelos sindicatos.

Este terceiro partido, conhecido como *Labour*, aos poucos tomou o espaço do Partido Liberal, deslocando-o a uma posição de centro. Keynes estará constantemente ao lado dos *Whigs*, apesar de sua progressiva perda de influência.

A partir de 1922, participou regularmente de eventos desse partido e o alimentava com propostas de reformas, sugerindo diversas maneiras de reativar a economia e combater o desemprego. Como mostrarei mais adiante, sua posição política o leva a buscar *uma via intermediária entre os reacionários e os revolucionários*. Por um breve momento, ficou fascinado pela revolução bolchevista, mas logo após uma viagem à Rússia, em 1925, se distanciou.

A partir de 1924, também resumirei seu posicionamento ao concentrar seus ataques contra o *laissez-faire*, a doutrina do liberalismo clássico, para ele, *um dogma conservador*. Uma de suas evoluções mais notáveis – “quando os fatos mudam, eu mudo de opinião. E o senhor, o que faz?” – diz respeito às trocas internacionais: era a favor do *livre-câmbio*, nos anos 1920, mas a partir de 1930 atuou em defesa do *protecionismo*.

Em 1935, distanciou-se do Partido Liberal e aproximou-se do Partido Trabalhista. Mas não apreciava as correntes mais radicais desse partido e, explicitando sua recusa de Marx e do marxismo, sentia-se próximo dos trabalhistas moderados.

No fim dos anos 1930, Keynes participará da elaboração do programa trabalhista. O PTB acaba por adotar durante a guerra uma linha totalmente keynesiana.

Keynes poderia facilmente ser um *político eleito*. Várias vezes foi solicitado para ser deputado, inclusive, em 1940, pelos três partidos políticos ao mesmo tempo. Em todas as ocasiões, ele recusou.

Tendo acesso permanente às altas esferas do poder, teve influência em outros canais: em tempos de paz, foi *o intelectual de prestígio, crítico e inspirador*; em tempos de guerra, *o alto funcionário independente e indispensável*. Ele era um autêntico membro da casta dos sábios tecnocratas, convencido de essa elite cultural dever sempre governar.

Amante da arte, Keynes gostaria de ter sido artista. Durante a juventude exprimiu-se longamente sobre as emoções estéticas, distinguindo vários tipos de beleza.

Colecionador de quadros, ajudava e estimulava pintores, tornando-se, com sua esposa Lydia, *protetor das artes e mecenas*. Criou o *Arts Theatre* de Cambridge, inaugurado um dia antes da publicação da *Teoria Geral*, em 1936.

Apresentava peças de teatro, mas também óperas, balés, música e cinema. Com sua onipresença usual, Maynard controlava inclusive os cardápios do restaurante, bem como a carta de vinhos do teatro, e chegou até a trabalhar (mal) na bilheteria.

Em 1938, doou o teatro já rentável à cidade e à universidade de Cambridge, em homenagem – disse ele – a seus pais. Durante a II Grande Guerra, criou e administrou com atenção e orgulho o Conselho das Artes, órgão destinado a proteger os artistas naqueles tempos difíceis e a promover uma criação de alto nível.

Em vida, John Maynard Keynes já era um mito. Apesar de ser anticomunista, acusaram-no de ser um “criptossocialista” com intenção sufocar o capitalismo à custa de déficits públicos e consequentes aumentos da carga tributária, e, ao mesmo tempo, de ser um economista “burguês” salvador do capitalismo.

Sobre esses aspectos da vida dessa figura fascinante versará este Texto para Discussão dirigido aos economistas necessitados de conhecer outras dimensões da vida além da econômica. Um bom economista é, necessariamente, *plural*, pois necessita transitar do conhecimento da Ciência Abstrata (Teoria Pura) às Decisões Práticas (datadas e localizadas), mas tendo como pré-requisito a vivência em Ciência Aplicada (outras áreas de conhecimento antes abstraídas). Necessita ser *transdisciplinar* tal como Keynes.

Para John Maynard Keynes, a Economia era um meio para alcançar objetivos sociais. Os planos econômicos de “curto prazo” seriam definidos em uma perspectiva de progresso econômico, o qual terminaria com o desaparecimento do capitalismo em longo prazo – “quando todos estaremos mortos”...

Os excertos de sua obra completa, referentes à atuação de Keynes como filósofo social, selecionados por Robert Skidelsky (2015) e aqui resumidos, mostram a sua preocupação com a psicologia instável da sociedade capitalista, a precariedade social do sistema capitalista e as suas esperanças em um futuro civilizado. Constituem o pano de fundo indispensável do seu compromisso com a estabilização, quer do nível de preços na década de 1920, quer do emprego na década de 1930.

Enfatizarei, especialmente os excertos, datados de 1924 a 1930, os quais abordam a inadequação moral da civilização capitalista e, particularmente, o contraste entre a sua eficiência econômica e as suas deficiências morais. Como será visto, esta última reflexão iniciada pela visita de Keynes à Rússia Soviética em 1925. A contradição surge do motivo mais importante do capitalismo, chamado por Keynes de “*amor ao dinheiro*”.

Encerrarei com o excerto das “Possibilidades Econômicas para os Nossos Netos” (1930), onde resolveu engenhosamente sua questão entre o capitalismo e o comunismo em favor do capitalismo. Afinal, o capitalismo é um *felix culpa*, “extremamente questionável” em si mesmo, mas necessário como meio de produzir a riqueza a qual irá permitir as pessoas viverem “com sabedoria, de forma agradável e bem”.

As reflexões civilizacionais foram menos frequentes, nas décadas de 1930 e 1940, durante a ascensão do nazifascismo e II Guerra Mundial. A humanidade buscou a sobrevivência.

Quem foi John Maynard Keynes?

Para esboçar uma resposta a essa questão, da qual trataram diversos biógrafos como Roy Harrod (1951), Donald Moggridge (1992), Robert Skidelsky (1983-1992-2000), resumirei a extensa biografia escrita por este último e mesclarei com a sintética elaborada por Bernard Gazier. Este o apresenta logo como *o fundador da Macroeconomia e o maior economista do século XX*.

Mas ele continua sendo um *autor controverso*, rejeitado pelos conservadores neoclássicos, monetaristas e novos-clássicos por suas críticas na Teoria Geral, adotado pelos keynesianos da síntese neoclássica, qualificado pelos novos-keynesianos e louvado pelos pós-keynesianos. Vários grupos de discípulos desenvolveram seu pensamento em direções muito diferentes.

John Maynard Keynes nasceu em 6 Harvey Road, Cambridge, Inglaterra, em 5 de junho de 1883, em uma família acadêmica. Os pais de Keynes – Florence Ada Brown (1861-1958) e John Neville Keynes (1852-1949) – são descendentes, respectivamente, de pregadores puritanos e de uma linhagem de burgueses enriquecidos.

Completaram sua ascensão social tendo acesso à casta de sábios intelectuais. Florence foi uma das primeiras mulheres diplomadas na Universidade de Cambridge.

Envolveu-se em inúmeras formas de ação social e tornou-se, em 1932, prefeita da cidade de Cambridge. Quanto a John Neville Keynes, ele foi professor de “Ciências morais” em Cambridge, tendo publicado um livro importante de metodologia da economia: *The Scope and Method of Political Economy* (1891).

Maynard (como era chamado pelos íntimos) pertence – intelectual, sociológica e afetivamente – a essa cidade, situada cem quilômetros ao norte de Londres. Foi e ainda é, junto com sua rival Oxford, um dos dois principais centros universitários da Grã-Bretanha desde o fim da Idade Média.

Seu *elitismo* iniciou-se por ter uma infância mimada em uma família com o serviço de três domésticas e de babás alemãs. Todo ano passava vários meses de férias nos Pirineus, nos Alpes ou na Grécia. Era muito vigiado nos estudos pelo pai, Maynard foi “um pequeno príncipe sob pressão”.

Magro, alto, Maynard teve por muito tempo um sentimento de ser estorvado pelo seu físico. Mas compensava essa dificuldade por uma grande aptidão para interagir e fazer valer suas ideias, qualquer fosse o interlocutor. Uma excepcional confiança em si mesmo foi o resultado dessa educação privilegiada.

Ele teve uma carreira escolar bem-sucedida no Eton College, com uma tradição inglesa quase aristocrática, esse “colégio” particular acolhia, em regime de internato, um grupo restrito de adolescentes escolhidos a dedo, oriundos dos meios mais favorecidos. Eton oferecia assim um passaporte intelectual e uma primeira integração social no círculo da alta burguesia.

A partir de 1902, Maynard prossegue seus estudos em Cambridge, mas não tão logicamente quanto sua primeira etapa e seu pedigree faziam supor. De fato, ele se interessou não pela Economia, mas pela Filosofia e pela Matemática, o curso régio da universidade. Em 1903, Alfred Marshall, o maior economista inglês da época, amigo dominador de John Neville Keynes, conseguira criar um curso específico de Economia e propôs a Maynard o fazer.

De crucial importância para a sua formação intelectual e moral foi a sua eleição, em 1902, para os *Apóstolos de Cambridge*, uma sociedade exclusiva de “conversação”, onde caiu sob a influência do filósofo G. E. Moore. Ensinou-lhe as formas mais elevadas de vida civilizada serem a amizade, os prazeres estéticos e a busca da verdade.

As suas atividades econômicas estiveram sempre ao serviço destes objetivos éticos. Por isso, ele queria as condições materiais para a “boa vida” serem alcançadas – e aí os economistas poderiam retirar-se em favor dos filósofos.

Ele se preparou, seguindo os cursos de Economia de Marshall, para os exames de ingresso nos cargos públicos, realizados em agosto de 1906. Classificado em segundo lugar, foi destacado para o Departamento das Índias (*India Office*) em Londres. Mas ele nunca se graduou, formalmente, em Economia.

Na verdade, ele passou a maior parte do seu tempo preparando uma “dissertação”, uma tese sobre probabilidades. Situando-se assim no terreno do pai, misturando questões de lógica e de filosofia da ação, opõe-se com virulência à maior parte dos autores anteriores. Daí apresentou sem sucesso uma primeira versão em 1907. Revisada, a tese foi aprovada em 1908.

De certo modo, foi contra sua vontade inicial se tornar um economista. Em 1907, como membro da Royal Economic Society e, no Departamento das Índias, foi transferido para o setor de receita, estatística e comércio.

Em 1908, Marshall se aposenta e lhe propõe ensinar Economia em Cambridge. Keynes se demite em junho de 1908 e torna-se, no ano seguinte, *fellow* no *King's College* em Cambridge. Isso lhe permite ensinar sem ter uma cátedra de professor.

Ele nunca a terá, um paradoxo para esse filho de universitários, ele próprio docente e pesquisador. Além do mais, assumirá importantes responsabilidades administrativas na máquina universitária de Cambridge.

Na verdade, essa posição de *fellow* lhe concede muita independência. Já em 1905 havia comprado ações e, a partir de 1923, os rendimentos de suas atividades financeiras são superiores aos de suas atividades acadêmicas.

Keynes pode assim limitar suas horas de aula: a partir de 1920, seu cargo se reduz a oito sessões por ano. Isto lhe permite também criticar colegas universitários, como não fosse um deles...

Maynard se faz notar por seus estudos sobre moeda e se tornou, em 1911, sempre graças à proteção de Marshall, redator-chefe da *Economic Journal*, uma das principais revistas acadêmicas de Economia, adquirindo assim uma posição de poder no núcleo da disciplina. Keynes exercerá plenamente esse poder intelectual, agindo por iniciativa própria e em geral tomando ele mesmo a decisão de aceitar ou de recusar os artigos enviados à revista.

Em 1913, ele publicou seu primeiro livro, *Moeda e Finanças Indianas*. O conselho de Keynes ao Tesouro do Reino Unido ajudou a evitar o colapso do padrão-ouro na crise bancária de agosto de 1914.

Ao receber em 2 de agosto de 1914 uma carta de Basil Blackett, funcionário do Tesouro, lhe solicitando participar do esforço de guerra dentro dessa administração, ele imediatamente abandona as probabilidades e começa uma vida nova em Londres. Nessas circunstâncias excepcionais, Keynes logo se torna o conselheiro dos poderosos.

Segundo o biógrafo Bernard Gazier (2007), “duas redes muito fechadas asseguraram a formação intelectual, política e artística de Keynes e, ao mesmo tempo, propiciaram encontros amorosos e com amigos. Uma delas é uma instituição típica das universidades inglesas desde o século XIX: *os apóstolos*. A outra é um grupo de artistas boêmios: *Bloomsbury*.”

Os “apóstolos” eram uma sociedade estudantil de discussão, fundada em Cambridge no ano 1820, cujo princípio era um encontro todo sábado à noite no apartamento do moderador, encarregado de ler um ensaio, antes de se iniciar um debate seguido de uma votação. Essa sociedade era, no princípio, secreta, composta de doze membros ativos e escolhidos para o resto da vida, o que levou a batizá-los de *apóstolos*.

No fim de seus estudos em Cambridge, o apóstolo tornava-se um “anjo”, era substituído por um novo membro, mas podia continuar a participar. Keynes ingressou em 1903 e tornou-se um “anjo” em 1910, mas permaneceu ativo até 1937. Os temas abordados iam da Filosofia à História, passando pela *moral*. A regra era estar sempre em busca da verdade e da sinceridade.

Sua participação no grupo *Bloomsbury*, uma comunidade de escritores e pintores ligados a Cambridge, habitantes no distrito de Bloomsbury, em Londres, data de 1908. O “Friday Club” era um salão, mas boêmio, com duplas atividades: a discussão e a organização de exposições de pintura.

Formado por intelectuais e artistas posteriormente notáveis, uma das principais aberturas culturais devida por Keynes a Bloomsbury foi a Psicologia. Ela vai inspirá-lo nas suas análises sobre o dinheiro e o entesouramento. Ao falarem de suas emoções de adolescentes tardios e cultos, os membros do grupo antecipavam práticas da psicanálise.

Cambridge e Bloomsbury formaram as duas fortalezas de sua vida espiritual, de onde irradiaram suas amizades, interesses e atividades no grande mundo dos negócios.

De janeiro de 1915 a junho de 1919, foi funcionário público temporário do Tesouro, demonstrando notável capacidade de aplicar a teoria econômica aos problemas práticos do financiamento da Primeira Guerra Mundial. Ele era contra o recrutamento militar e teria sido um objeto de consciência se seu trabalho no Tesouro não o isentasse do serviço militar.

Esse ativismo acarretou alguns conflitos, porque em sua maior parte, os amigos de Keynes, sobretudo os do grupo de Bloomsbury, formado por artistas e escritores, eram pacifistas e o criticavam abertamente. Tudo isso o deixou estressado, com sérios problemas de saúde em 1915 – apendicite e pneumonia –, tratados na residência de uma amiga riquíssima.

Enquanto a guerra se prolonga, Keynes vai de sucesso a sucesso e de ambiguidade a ambiguidade. Colabora sucessivamente com vários líderes e governos de orientações políticas diferentes, pois todos recorrem cada vez mais a ele.

Durante toda sua vida, ele esteve próximo e foi conselheiro dos poderosos. Em dezembro de 1916, Keynes, com 34 anos, tornou-se chefe da nova Divisão “A” do Tesouro, criada para gerir as finanças externas da Grã-Bretanha. Ele se irritava com a crescente dependência da Grã-Bretanha dos empréstimos americanos e com o fracasso em conseguir um compromisso de paz.

Em setembro de 1917, fez sua primeira viagem aos Estados Unidos. Segundo um relatório de outro membro da missão, foi visto pelos seus interlocutores americanos como “brutal, dogmático e descortês”. Foi um choque entre culturas, de um lado, um representante de um Império britânico decadente, de outro, os de um ascendente.

Keynes foi o principal representante do Tesouro na Conferência de Paz de Paris, em 1919, onde tentou, sem sucesso, limitar a conta de reparações da Alemanha e promover um empréstimo americano para a reconstrução da Europa. Ele compreende o seu desejo de limitar o montante das indenizações não será cumprido.

Sob a influência preponderante dos franceses, e em um contexto de *germanofobia exacerbada*, a Alemanha é responsabilizada pela guerra e pelas destruições ocasionadas.

É obrigada a pagar indenizações muito elevadas, muito acima até dos seus ganhos comerciais nos melhores anos antes da guerra. Assinado em 28 de junho de 1919, o Tratado de Versalhes cria também a Sociedade das Nações, mas ratifica uma “paz cartaginesa” destinada a sufocar o país vencido.

Keynes sabia de existir o projeto de tratado nesse sentido desde 7 de maio de 1919. Então, em 19 de maio, pede demissão. Sofre um colapso nervoso em 30 de maio e abandona Paris uma semana depois, recolhendo-se a partir de 12 de junho em Charleston, na casa de campo de seus amigos de Bloomsbury.

A sua demissão foi seguida pela publicação, em dezembro de 1919, de *As Consequências Econômicas da Paz*. Virou um *best-seller*: 100 mil exemplares vendidos em seis meses. Por esse livro, Keynes se torna célebre e se reconcilia com seus amigos de Bloomsbury.

Com argumentos econômicos e paixão moral, criticou a política de Lloyd George de tentar fazer a Alemanha pagar pela guerra “até as sementes rangerem”. Refletia os seus receios quanto ao futuro da civilização europeia. A vingança, previu ele, seguir-se-ia.

Ele retoma suas aulas em Cambridge, mas desta vez é um especialista em questões internacionais, convidado, por exemplo, à conferência monetária de Gênova em 1922, no auge da hiperinflação alemã. É ao mesmo tempo, ou sucessivamente, professor, jornalista e diretor de revista, especulador na bolsa, conselheiro de partidos políticos e de homens de governo, mecenas, conferencista.

Uma dupla mudança acontece entre os anos 1921 e 1925. Primeiro em sua vida privada: depois de múltiplos casos amorosos masculinos mantidos em segredo – a sociedade inglesa da época, marcada pelo puritanismo, é particularmente hostil em relação aos homossexuais –, ele conhece Lydia Lopokova, bailarina russa do Balé Diaghilev. Casa-se com ela em 1925.

Em 1925, ele alugou Tilton, uma fazenda em East Sussex, ao lado de Charleston, onde Duncan Grant morava com a pintora Vanessa Bell. Seu casamento deu à sua vida a estabilidade emocional e a rotina regular para um esforço intelectual sustentado. Depois disso, sua vida foi dividida entre Cambridge, Londres e East Sussex.

“Os Keynes” tornam-se uma figura central do mundo artístico de Londres e protegem as artes e os artistas. Enquanto isso, Maynard se lança em uma trajetória de inovação intelectual radical.

A segunda mudança é, de fato, *a ruptura com a tradição econômica marshalliana*, dominante amplamente do saber econômico dos anos 1900-1920 na Grã-Bretanha. Discípulo recalcitrante de Alfred Marshall, mas ainda assim discípulo, Keynes presta-lhe uma calorosa homenagem por ocasião de sua morte em 1924.

No entanto se distancia, primeiro, das prescrições de sua escola neoclássica, depois, cada vez mais, dos fundamentos de sua análise de equilíbrio parcial. Seu excepcional conhecimento pragmático dos *problemas econômicos concretos* motiva inicialmente o distanciamento.

Ele foi um tesoureiro de investimentos espetacularmente bem-sucedido em sua faculdade, a King’s College, e, apesar de alguns reveses importantes, fez uma pequena fortuna para si mesmo. Quando morreu, possuía US\$ 22 milhões em valores atuais.

Como financista, era visto como uma figura de respeito na City de Londres. Alternava sucessos rápidos e ruínas igualmente súbitas, seguidas de recuperações, capazes de compensar suas perdas, e acumular a fortuna.

Em Londres, foi membro nos Conselhos de Administração de cinco companhias de investimento e de seguros. Entre 1923 e 1931, foi proprietário-chefe e presidente do conselho do semanário *Nation and Athenaeum*, contribuindo com artigos regulares sobre temas financeiros e econômicos.

Ele permaneceu como presidente do conselho da *New Statesman and Nation* quando as duas revistas se fundiram em 1931. Entre 1911 e 1945 editou a revista *Economic Journal*.

Na década de 1920, suas ideias sobre política econômica circularam por meio de reuniões mensais do Tuesday Club, um clube gastronômico fundado por seu amigo e corretor da bolsa. Na década de 1930, procurou influenciar a política através da sua participação no Conselho Consultivo Econômico do Primeiro-Ministro.

Keynes identifica um inimigo maior no âmbito da economia nacional britânica: as prescrições deflacionistas do ministério das Finanças, o “*Treasury view*”. A partir de 1929, será seu alvo principal. Ele ataca com vigor os sucessivos governos cuja vã tentativa é restaurar a confiança através da disciplina orçamentária e da austeridade.

Como de hábito até hoje, a resposta do Tesouro é sempre a mesma: uma política expansionista se arrisca a provocar inflação e a reforçar a desconfiança. Keynes contra-argumenta: os ortodoxos,

confiantes nos mecanismos de restabelecimento automático da economia, supõem “a inexistência do fenômeno a ser estudado”.

Na década de 1920, as inflações europeias do pós-guerra, seguidas na Grã-Bretanha por um elevado desemprego, formaram o pano de fundo para os seus dois livros teóricos. Um *Tratado sobre Reforma Monetária* (1923) e *Tratado sobre Moeda* (1930), onde tratou das causas e consequências da instabilidade monetária e suas soluções. Estes livros narram a luta de Keynes para escapar do domínio da Teoria Quantitativa da Moeda.

Eles foram pontuados por dois panfletos polêmicos notáveis, *‘The Economic Consequences of Mr Churchill’* (1925) e *‘Can Lloyd George Do It?’* (1929). A primeira publicação atacava a decisão de Churchill, como Chanceler do Tesouro, de recolocar a libra no padrão-ouro, a uma taxa de câmbio sobrevalorizada em relação ao dólar; a segunda foi um apelo a um grande programa de investimento público.

Reconciliado com Lloyd George, em 1926, Keynes tentou fornecer ao Partido Liberal uma filosofia social do centro político entre o individualismo voltado apenas para si e o socialismo de Estado.

Nessa altura Keynes era o economista mais famoso do mundo, graças ao seu estilo e à audácia das suas ideias. Mas ele não tinha “revolucionado” a economia e ele próprio sentia o seu trabalho teórico estar incompleto.

A Grande Depressão de 1929-32, juntamente com falhas técnicas no livro *Tratado sobre Moeda*, levou Keynes de volta à prancheta teórica. A regulação da demanda agregada, escreveria, era a única forma de manter o capitalismo em condições de liberdade.

O que agora parecia ser necessário não era uma explicação do “problema especial” do desemprego elevado na Grã-Bretanha. O ciclo econômico seria a explicação de como as fábricas e a mão-de-obra podiam permanecer sem utilização da capacidade produtiva?

Inspirou-se no “primeiro economista de Cambridge”, Thomas Robert Malthus, de quem herdou a expressão, e possivelmente a ideia, de “demanda efetiva”. Do outono de 1931 ao verão de 1935, Keynes trabalhou em um novo livro de teoria, inicialmente intitulado “A Teoria Monetária da Produção”.

A controvérsia acaba por opor, em 1932, duas instituições universitárias, cujos membros não estavam plenamente de acordo entre si. De um lado, Cambridge, com Keynes e Pigou, favoráveis ao desenvolvimento de obras públicas; de outro, a *London School of Economics*, com Lionel Robbins e o austríaco Friedrich von Hayek, contratado para se opor ao Keynes.

Em 1933, Keynes se entusiasma com a eleição de F. D. Roosevelt e as perspectivas abertas pelo *New Deal*. Em viagem aos Estados Unidos, em 1934, para estudar o *New Deal* em primeira mão, ele escreveu: “Aqui, e não em Moscou, está o laboratório econômico do mundo.”

Mas esse amplo programa de reformas, sem ser incompatível com as ideias de Keynes, tem origens intelectuais e políticas próprias: o *institucionalismo americano*, em particular as preconizações de J. R. Commons, além das obras dos economistas suecos da *Escola de Estocolmo*: E. Lindhal, E. Lundberg, G. Myrdal e B. Ohlin.

Keynes foi ajudado não apenas por economistas mais velhos como Ralph Hawtrey e Dennis Robertson, mas também por Roy Harrod e um “Cambridge Circus” de jovens discípulos liderados por Richard Kahn, o seu “aluno favorito”. De 1922 a 1937, cercado de vários grupos de discípulos e de amigos, em correspondência contínua com alguns deles, Keynes vive, durante cerca de quinze anos, um período de renovação radical e de excitação constante.

Ele toma o problema pela raiz: se a economia não mostra tendências de reequilíbrio permanentes, é porque *ela é fundamentalmente monetária*. E a moeda não é um simples auxiliar das trocas com preços relativos já estabelecidos, ela não é “neutra”, como geralmente postulam os economistas centrados no modelo de equilíbrio geral. Os dois volumes do *Treatise on Money* se originam desse esforço frontal de refundação.

Em fevereiro de 1936, Keynes publicou *A Teoria Geral do Emprego, Juros e Dinheiro*, no qual ele sentiu finalmente ter desvendado o enigma dos recursos não utilizados. Neste livro, logo recebendo 135 resenhas em inglês, procurou demonstrar o “equilíbrio com subemprego” ser logicamente possível e como *o dinheiro farto e barato combinado com uma extensa “socialização do investimento” poderia atingir o pleno emprego*.

Essas proposições dividiram os economistas, porque o cerne da *Teoria Geral* foi a rejeição de Keynes da tese “[neo]clássica” de uma economia ótima autoajustável. A publicação da *Teoria Geral* marcou o nascimento de uma “escola keynesiana” de economia liderada por Richard Kahn e Joan Robinson em Cambridge, Roy Harrod e James Meade em Oxford, e Nicholas Kaldor e Abba Lerner na London School of Economics.

Nos Estados Unidos, o livro forneceu à geração mais jovem de economistas, principalmente formados em Harvard, uma fundamentação teórica para o *New Deal* já em execução. O próprio Keynes participou das controvérsias geradas pelo seu livro, mesmo quando gravemente incapacitado, de maio de 1937 a março de 1939, com doenças cardíacas.

Muito ocupado em responder às objeções e em divulgar seu pensamento, multiplicando suas intervenções, Keynes sofre, em maio de 1937, um grave ataque cardíaco, do qual nunca se recuperará completamente. Após três meses de hospitalização, retira-se em Tilton, na sua casa de campo, onde Lydia controla rigidamente as visitas e os seus horários. Em 1939, está apenas parcialmente recuperado, mas permanece vulnerável e diminuído fisicamente, vivendo sob a influência de um médico-guru, Janos Plesch.

Keynes procurou ganhar aceitação para a sua revolução com as evidências da economia de guerra com pleno emprego. Mostrava como a gestão da demanda agregada para evitar a depressão poderia também ser usada para controlar a inflação.

O resultado foi seu panfleto “Como pagar pela guerra” (1940), o qual obteve a aprovação até de seu contumaz crítico Friedrich Hayek. Sua lógica influenciou o orçamento de guerra do Chanceler do Tesouro Kingsley Wood de 1941.

Keynes retornou ao Tesouro em agosto de 1940 como conselheiro não remunerado do Chanceler do Tesouro. Permaneceu como a força dominante pelo resto de sua vida.

Elevado à Câmara dos Lordes em 1942 como Barão Keynes de Tilton, a sua influência foi sentida no *Livro Branco sobre o Emprego* de 1944. Prometia ao governo do Reino Unido manter um “nível elevado e estável de emprego” após a guerra.

Em 1942, Keynes tornou-se presidente do Conselho para o Incentivo à Música e às Artes (CEMA), uma inovação do tempo de guerra. Foi transformada no Conselho de Artes da Grã-Bretanha, pouco antes de sua morte, e inaugurou o patrocínio estatal permanente das artes.

A exigência dos EUA de, em troca do *Lend-Lease*, a Grã-Bretanha abandonar o seu sistema de preferências imperiais, depois da guerra, inspirou Keynes no seu último grande esforço com elaboração de seu plano para uma Câmara de Compensação Internacional [*International Clearing Union*] (1941). Isto foi concebido para transferir o ajustamento do balanço de pagamentos dos países devedores para os países credores, de modo a evitar os choques deflacionários, gerados externamente, os quais espalharam a depressão sob o padrão-ouro.

O Acordo de Bretton Woods de 1944 criou um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis. As duas novas instituições, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, ficou aquém das suas esperanças.

Em 21 de abril de 1946, exausto pelo trabalho com suas seis missões do Tesouro em viagem aos Estados Unidos, para garantir uma subvenção americana, é vítima de um ataque cardíaco no trem para Washington. Keynes volta à Inglaterra e morre em Tilton, no dia 21 de abril, pouco antes de completar 63 anos.

Keynes: Questão de Método

Robert Skidelsky, além da biografia da John Maynard Keynes em três volumes (1983, 1992, 2000) e seu resumo *John Maynard Keynes 1883–1946, Economista, Filósofo, Estadista* (Jorge Zahar Ed.; 1999), organizou um material selecionado de forma a ajudar o leitor no livro *The Essential Keynes* (Penguin Classics; 2015), ainda sem tradução para o português. Quase todos os trechos foram retirados de *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, publicados em trinta volumes entre 1971 e 1989, versão eletrônica disponível em: <https://www.cambridge.org/core/series/collected-writings-of-john-maynard-keynes/76BAC759DE69633B2FE5A471646FE40E>.

Ele sugere os leitores, com desejo de uma rápida educação sobre Keynes como *analista e influenciador político* sobre combate às crises, recorrer aos excertos 18 (Grande Depressão), 28-31 (ensaios e carta de 1929 a 1933) e 33 (“Como evitar uma crise”). Os extratos de suas obras com teoria econômica estão no Livro Três – O Economista.

Pessoalmente, sugiro o leitor seguir a ordem e ler antes os extratos dele como O Filósofo (Livro I) e O Filósofo Social (Livro II) para verificar a grandeza de seu pensamento além do econômico. Aqui as resumirei.

Cinco elementos da filosofia de Keynes, adquiridos logo na sua vida intelectual sofisticada em Cambridge, tiveram uma influência profunda na sua visão de Economia: o seu intuicionismo; a primazia da ética; a relação entre ética e moral; a doutrina da unidade orgânica; e a teoria lógica da probabilidade.

Em outubro de 1903 veio a publicação dos *Principia Ethica* de G. E. Moore (1873-1958). A sua influência sobre o jovem Keynes foi instantânea, profunda e permanente.

No cerne dos *Principia* estava a noção da indefinibilidade do bem e a distinção entre “ética” e “moral”. A *questão ética primária* é “quais coisas deveriam existir por si mesmas?”. As questões morais como “o que devo fazer?”, “como devo me comportar?”. devem ser respondidas por referência à questão primária da intuição moral de “o que é certo ou bom”, levando em consideração *as prováveis consequências da ação*.

Os *estados de consciência* a respeito dos prazeres das relações humanas constituem o fim último da racionalidade na ação humana e o único critério do progresso social.

Como nos faltam *frequências*, isto é, a proporção de vezes possível de algo acontecer, portanto, falta-nos probabilidades dos efeitos das nossas ações ao longo do tempo. Deveríamos então, argumenta Moore, seguir as regras de conduta geralmente aceitas, chamado atualmente de “utilitarismo de regras”. Contra-argumenta Keynes: as nossas ações deveriam ter como *objetivo produzir o maior bem* nas circunstâncias do caso, ou seja, o chamado agora de “utilitarismo de ato”.

A sua rejeição da identificação da probabilidade com a frequência determinou a sua visão sobre *os limites da previsão matemática em Economia*. Embora não tenhamos qualquer conhecimento quanto ao resultado das nossas ações, após um lapso de tempo, ainda é possível fazermos a afirmação como “provavelmente certo” sem falsidade.

Se tivermos provas racionais ou empíricas nos mostrando uma ação ser mais capaz de produzir mais benefícios em vez de não produzir, no próximo ano, de fato, ignoramos completamente todos os acontecimentos subsequentes até o fim do ano. Por isso, em Economia, só podemos dizer “tal medida provavelmente está certa”.

Keynes invoca o princípio da indiferença para apoiar a Doutrina Política da Prudência. Essa doutrina do conservador inglês Edmond Burke (1729-1797) teve um efeito profundo na sua Teoria da Política Econômica. Isso se reflete em sua observação célebre: “no longo prazo, estaremos todos mortos...”

Nosso *poder de previsão* é tão pequeno, nosso *conhecimento das consequências remotas* é tão incerto, a ponto de raramente ser sábio sacrificar um benefício presente por uma vantagem duvidosa no futuro. Tampouco cabe sacrificar o bem-estar de uma nação, durante uma geração, ao destruir instituições beneficentes em prol de um suposto futuro relativamente remoto.

Nunca poderemos *saber o suficiente para fazer valer a pena de correr o risco*. Diante da Revolução Francesa, o conservador Burke criticava os protagonistas: “glorificaram-se ao fazer uma *revolução*, como se as revoluções fossem coisas boas em si mesmas”.

Além do risco envolvido em qualquer *método violento de progresso*, não é suficiente o estado de coisas em busca de promover *o estado futuro em lugar do estado precedente* ser provavelmente, mas não garantido ser suficientemente melhor, de modo a compensar *os males da transição*. Keynes acha nesta doutrina conservadora um elemento de verdade – e nenhum reformador revolucionário deveria a ignorar.

Ele subscreveu a Doutrina da Unidade Orgânica de Moore. Esta é a visão aristotélica de *um todo consistir em partes interdependentes*, de modo o seu valor – como em uma obra de arte – ser maior ou menor se comparado à soma dessas partes.

Keynes usa isso como *rejeição do individualismo metodológico* como um método de análise geralmente válido em Economia. A Macroeconomia não é igual à soma das escolhas individuais. As ideias-chave da Economia de Keynes, como a “falácia da composição” e o “paradoxo da parcimônia” – se todos poupam, o consumo, a renda e, conseqüentemente, a poupança futura serão menores –, têm origem na citada doutrina.

As decisões individuais, racionais sob o ponto de vista isolado, podem ter efeitos maiores ou menores diante do pretendido, devido às reações sobre os outros e dos outros. Isto transmite uma incerteza inevitável a muitos resultados de interesse para o tomador de decisões [*decision-maker*] individual.

Quando uma pessoa se utiliza da *característica de um único elemento* (ou um conjunto isolado deles), para *caracterizar todo o sistema*, desconsidera, embora um fenômeno possa ser observado em um componente, isso não significa ele se manter quando se propagar entre todos os demais. Das interações entre os diversos componentes emerge um *sistema complexo* inesperado.

Keynes procurou alargar o campo do argumento lógico para incluir aqueles casos, onde a conclusão é parcialmente, mas não totalmente, implicada pela premissa. Isto permite “o jogo do intuícionismo lógico”: intuímos a conclusão decorrer da premissa, embora falte à Economia a qualidade formal do silogismo.

Silogismo é o raciocínio dedutivo, estruturado formalmente, a partir de duas proposições (*premissas*), das quais se obtém por inferência uma terceira (*conclusão*). Por exemplo, todas as pessoas são consumidoras; os poupadores são pessoas; logo, os consumidores são poupadores?!

O objetivo de Keynes era alinhar a probabilidade com o discurso comum, “através do qual as conclusões práticas da ação são mais frequentemente alcançadas”. Esta visão o levaria a atacar *o uso exagerado do formalismo matemático na Ciência Econômica*.

Afirmamos reconhecer corretamente uma conexão lógica entre um conjunto de proposições, chamadas de *nossas evidências*, e as consideramos como verdadeiras, e outro conjunto chamado de *nossas conclusões*, ao qual atribuímos mais ou menos peso de acordo com os fundamentos fornecidos pelo primeiro. Nós reconhecemos, objetivamente, evidências podem ser *reais*, mas não serem *conclusivas*...

A ideia de uma premissa ter algum peso para estabelecer uma conclusão, de estar situada entre a força convincente ou a irrelevância, é totalmente estranha a uma lógica na qual a premissa deve provar a alegada conclusão. Esta opinião é incapaz de ser prova.

Na verdade, o *mainstream* da Economia é a evidência da Falácia da Prova Social. É conhecida também como Falácia do Apelo à Popularidade: o fato de a maioria das pessoas acreditar em uma ideia como provasse ela ser verdadeira...

Nessa autodenominada “corrente principal”, entre as três premissas do Neoclassicismo, a da *racionalidade* – os agentes econômicos buscam maximização do lucro ao agirem racionalmente – sempre se mantém. As demais subcorrentes questionam as outras premissas. São as do *atomismo* – os

mercados livres, inclusive o mercado de trabalho, tendem para o equilíbrio via flexibilidade de preços relativos e salários – e a da *simetria de informações* – todos os agentes têm informação perfeita e jamais se enganam.

Curiosamente, o chamado Novo-Keynesianismo mantém a ideia de os agentes econômicos agirem *racionalmente* ao não atuarem contra os próprios interesses. Reconhecem a *rigidez de preços*: os fundamentos microeconômicos (instituições, contratos, salário para eficiência, clientela etc.) justificarem a viscosidade de salários e preços. Com ela há *descoordenação* de decisões entre os agentes pelos efeitos colaterais de assimetria de informações, seleção adversa, racionamento de crédito etc.

Somente as Finanças Comportamentais, com uso das descobertas da Psicologia Econômica, questionaram essa premissa. Consideram comum a *irracionalidade*, porque os investidores baseiam suas decisões em “regras de bolso”, cuja maioria é inconsistente, fazendo eles terem crenças enviesadas ou maus argumentos em suas decisões.

Crenças: Passageiras ou Eternas?

“Minhas Primeiras Crenças” foi um artigo lido por John Maynard Keynes (1883-1946), aos 55 anos (em 1938), para o *Memoir Club*, um grupo de amigos composto por membros mais velhos e mais jovens do grupo de Bloomsbury. Decidiu defender-se – e aos seus amigos – da acusação de serem *frívolos*. Ele pretendia mostrar: as suas “crenças iniciais” podem ter sido utópicas, mas não foram mantidas levianamente.

Com 20 anos, em sua fase universitária, disse, “estávamos em uma idade na qual *as nossas crenças influenciavam o nosso comportamento*, uma característica dos jovens facilmente esquecida depois na meia-idade, mas os *hábitos de sentimento* então formados ainda persistem em um grau reconhecível. São esses hábitos influentes sobre a maioria de nós, fazendo deste Clube uma coletividade e nos separam dos demais”.

Aceitavam a “religião” do filósofo de G. E. Moore e descartavam a sua moral. Na verdade, uma das maiores vantagens dessa suposta “religião” foi o fato de tornar desnecessária *a moral*. Entendiam por “religião” a atitude de alguém em relação a si mesmo (e à meta) e por “moral” a atitude de alguém em relação ao mundo exterior (e ao meio).

Nada importava, exceto *os estados de espírito próprios*. Esses estados mentais não estavam associados a ações, realizações ou consequências. Consistiam em estados apaixonados e atemporais de contemplação e comunhão, em grande parte desapegados de “antes” e “depois”.

O seu valor dependia, de acordo com o Princípio da Unidade Orgânica, da *situação como um todo*. Não poderia ser utilmente analisada em partes.

Os temas apropriados de contemplação e comunhão apaixonadas eram a pessoa amada, a beleza e a verdade. Afinal, os principais objetivos da vida eram o amor, a criação e o desfrute da experiência estética e a busca do conhecimento.

O prazer físico poderia estragar e prejudicar o estado de espírito como um todo. Isso foi até um deles decretar certos termos “técnicos” latinos para sexo eram as palavras corretas a serem usadas, evitá-los era um erro grave. Sinônimos seriam vulgaridade...

A “religião” do grupo ateu seguiu de perto a tradição puritana inglesa de se preocupar principalmente com a salvação das próprias almas. O divino residia dentro de um círculo fechado. A “religião” era completamente não mundana, logo, riqueza, poder, popularidade ou sucesso não eram preocupação, eram completamente desprezados.

Se duas partes não estivessem realmente falando sobre a mesma coisa, não estivessem aplicando suas intuições precisamente ao mesmo objeto era *o caos!* Em virtude do Princípio da Unidade Orgânica, uma diferença muito pequena no objeto poderia fazer uma diferença muito grande no resultado.

Na prática, a vitória no debate estava com aqueles capazes de falar com a maior aparência de convicção clara e indubitável e saberem usar melhor os acentos da infalibilidade. Bastava fazer uma expressão facial como se ouvir tal coisa dita por você o reduzisse a um estado de espanto quanto a ti beirar à imbecilidade... Assim, nenhuma resposta era possível.

Essa jovem elite de uma casta dos sábios intelectuais considerava tudo isso como de caráter inteiramente racional e científico. Tal como a ciência, nada mais era senão a aplicação da lógica e da análise racional ao material apresentado como *dados dos sentidos*.

Na verdade, combinavam um tratamento dogmático quanto à natureza da experiência com um *método escolástico* de lidar com ela. Este era um método de pensamento crítico e de aprendizagem, nas escolas monásticas cristãs, em busca de conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, especialmente o da Filosofia de origem grega.

Estavam dispostos a repudiar a ideia de o conhecimento útil pudesse ser preferível ao conhecimento inútil. Mas flertavam com a ideia de poder haver alguma qualidade intrínseca – embora, talvez, não equivalente a “bom” e “bonito” – possível de chamar de “interessante”, e estavam preparados para pensar ser melhor buscar conhecimento “interessante” em vez do conhecimento “desinteressante”.

Outro adjetivo concorrente, usado e abusado por esses jovens esnobes, era “importante”, caso fosse bastante claro “importante” não significar “útil”.

O *esnobismo* ou *snobismo*, cuja etimologia vem da expressão *ex-nobilis* ao lado do nome do aluno não da nobreza na lista de frequência na Universidade de Cambridge, acabou se tornando uma condição pejorativa para uma pessoa com a crença de existir uma correlação entre *status* social e valor humano. Esse esnober ou *snob* sente superioridade sobre as classes sociais mais baixas e outros níveis de educação.

“O que exatamente você quer dizer?” Esta pergunta saía com mais frequência de seus lábios. Se aparecia, durante o interrogatório, você não quis dizer exatamente alguma coisa, você estaria sob forte suspeita de não querer dizer absolutamente nada...

O erro era, principalmente, a tentativa de responder perguntas, sem primeiro descobrir precisamente qual era a pergunta desejada você responder... Tentavam descobrir precisamente quais perguntas fariam, confiantes na fé de se pudessem fazer perguntas precisas, todos saberiam a resposta.

Em um debate, após uma palestra, diante de múltiplas perguntas confusas, o correto é você responder à pergunta desejada por você... e não feita!

De longe, as coisas mais valiosas conhecidas ou possível de imaginar são certos *estados de consciência*, possíveis de ser descritos grosseiramente como os prazeres das relações humanas e o prazer de objetos belos. Provavelmente ninguém, caso se tenha feito esta pergunta alguma vez, duvidou de *o afeto pessoal* e a apreciação de *o que é belo*, na Arte ou na Natureza, são bons em si mesmos.

Se dois *estados mentais* fossem semelhantes em todos os outros aspectos, exceto um ser prazeroso e o outro ser doloroso, haveria a tendência de se dizer a favor do primeiro, mas o Princípio das Unidades Orgânicas estaria contra, pois “a verdade é o todo”. Era a opinião geral desses jovens da elite cultural inglesa o prazer nada tinha a ver com o caso de uma análise sistêmica e, no geral, um estado de espírito agradável estava sob grave suspeita de *falta de intensidade e paixão*.

Lorde Keynes, do alto dos seus 55 anos, comentou: “Assim fomos criados – com a absorção de Platão no bem em si, com uma escolástica capaz de superar São Tomás, no afastamento calvinista dos prazeres e sucessos da *Vanity Fair*, e oprimidos por todas as tristezas de Werther. *Isso não nos impediu de rir na maior parte do tempo*.”

Gostávamos de gozar da suprema autoconfiança, superioridade e desprezo para com todo o resto do mundo não convertido. Mas dificilmente era um estado de espírito de uma pessoa adulta em sã consciência possível de sustentar literalmente.”

Olhando para trás, parece-lhe esta “religião” ter sido muito boa para crescer. Ela permanece mais próxima da verdade em lugar de qualquer outra conhecida por ele, com menos assuntos irrelevantes e estranhos – e nada a se envergonhar.

Reconhece, no entanto, ser um conforto na sua maturidade poder descartar com boa consciência o cálculo, a medição e o dever de saber exatamente *o que alguém quer dizer e sente*. Comentou: “Era um ar muito mais puro e doce em lugar de *Freud cum Marx*. Ainda é minha religião sob a superfície”.

Ainda não entendia *o que alguém quiz dizer*, no caso, o crítico da “frivolidade do grupo”, sem apresentar sua justificativa quando disse estarem “acabados”. Keynes explicou então outra faceta da fé do grupo.

“Até agora tem sido uma questão de nossa atitude em relação a nós mesmos e uns aos outros. Qual era a nossa compreensão do mundo exterior e a nossa relação com ele?”

Distinguia a *bondade* como um atributo dos estados mentais e a *retidão* como um atributo das ações. Tinha uma teoria da conduta correta.

Na autoavaliação, disse: “estávamos vivendo um presente ilusório e não tínhamos começado a jogar o jogo das consequências. (...) vivíamos inteiramente na experiência presente.”

Acrescentou: “a ação social como um fim em si mesma e não apenas como um dever lúgubre havia abandonado nosso Ideal, e não apenas a ação social, mas a vida de ação em geral, poder, política, sucesso, riqueza, ambição, com o motivo econômico e o critério econômico menos proeminente em nossa filosofia em comparação com São Francisco de Assis. Este pelo menos fazia coletas para os pássaros...”

Na prática, é claro, pelo menos a seu respeito, o mundo exterior não foi esquecido nem renegado. Mas Keynes estava recordando qual era o Ideal de seu grupo, naqueles primeiros dias, quando a vida de contemplação apaixonada e de comunhão deveria suplantar todos os outros propósitos.

Conclui com a crítica à filosofia de Jeremy Bentham (1748-1832), um dos últimos iluministas a propor a construção de um sistema de Filosofia moral, não apenas formal e especulativa, mas com a preocupação radical de alcançar uma solução quanto à prática exercida pela sociedade de sua época. Suas propostas tinham, portanto, um caráter reformador – e não foi Keynes o maior reformista do *mainstream* na História do Pensamento Econômico?

Mas ele não renuncia à *boutade* – um dito sutil, original e imprevisto, contrariando propositadamente a verdade. Afirma, “na verdade, foi o cálculo benthamista [entre o prazer e a dor], baseado em uma *sobrevalorização do critério econômico*, aquilo capaz de destruir a qualidade do ideal popular”.

Para Keynes, “esta fuga de Bentham, aliada ao *individualismo* insuperável da nossa Filosofia, serviu para proteger todos nós do destino de redução ao absurdo do *benthamismo conhecido como marxismo*”. Sempre foi antimarxista e/ou anticomunista. Em Cambridge, não se faziam jovens como os da minha geração 68...

Ascensão do *Laissez-Faire*

A expressão *laissez faire* significa “deixar fazer”. Representa uma das principais ideias da Economia liberal. Defende o Estado garantir apenas as condições adequadas para O Mercado, como o direito à propriedade. O restante se desenvolveria “de forma natural”.

A versão completa em francês é “*laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*”, traduzida para “deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo”. Usa-se a expressão também na forma grafada com hífen: *laissez-faire*.

A origem da expressão *laissez faire* é incertamente atribuída ao comerciante Legendre. Ele a teria pronunciado em reunião com Colbert, no fim do século XVII: – *Que faut-il faire pour vous aider?* perguntou Colbert. – *Nous laisser faire*, teria respondido Legendre.

O primeiro autor a usar a frase *laissez-faire*, em associação clara com sua doutrina liberal, foi o Marquês de Argenson em 1751. Porém, é atribuída ao economista Turgot.

O ensaio “O Fim do *Laissez-Faire*”, publicado em versão truncada no livro *Essays in Persuasion*, foi baseado na palestra proferida por John Maynard Keynes em Oxford em novembro de 1924 e revisada para outra palestra na Universidade de Berlim em junho de 1926. Seu biógrafo, Robert Skidelsky, afirma: “é o ensaio mais erudito de Keynes sobre Economia Política”.

Disse ele: “a disposição para os assuntos públicos, convenientemente, resumimos como o individualismo e o *laissez faire*”. No fim do século XVII, o *direito divino dos monarcas* começa a dar lugar à liberdade individual e mantém o pacto social com o *direito divino da igreja* por ser “uma sociedade voluntária de homens de forma livre e espontânea”...

Cinquenta anos depois, a origem divina e a voz absolutista do dever deram lugar aos cálculos da utilidade. As doutrinas de Locke e Hume fundaram o *individualismo*. O pacto presumia *direitos*

do indivíduo, já a nova ética, não sendo nada mais além de um estudo científico das consequências do *amor-próprio racional*, colocou o *indivíduo no centro*.

As noções práticas dos conservadores (e seus advogados) forneceram uma base intelectual satisfatória para os direitos de propriedade e a liberdade do indivíduo proprietário de fazer o desejado consigo mesmo... e com os seus escravos ou servos.

O propósito inicial de promover o indivíduo era depor o monarca e a igreja. O efeito do novo significado ético atribuído ao contrato social do *antropocentrismo* foi reforçar a propriedade. Mas não demorou muito para as reivindicações da sociedade se levantarem novamente *contra o indivíduo em si e para si*.

Enquanto Locke aplica o seu Contrato Social para modificar a igualdade natural da humanidade, implicando igualdade de propriedade ou mesmo de privilégio, em oposição à desigualdade natural de nascença, defendida pelos conservadores, para Rousseau a igualdade não é apenas *o ponto de partida*, mas também *o objetivo*.

William Paley (1743-1805) argumentou a complexidade e as adaptações dos seres vivos eram prova da intervenção divina na criação, em analogia a um “relojoeiro”, hoje, *design inteligente*. Evitou a conclusão egoísta do *hedonismo*, onde o prazer desempenha papel central. “Virtude” diz ele, “é fazer o bem à humanidade em prol da felicidade eterna”. Desta forma, trouxe de volta “eu e os outros” para uma paridade igualitária.

Jeremy Bentham (1748-1832) chegou ao mesmo resultado pela *razão pura*. Não existe base racional para preferir a felicidade de um indivíduo, mesmo a de si mesmo, à de qualquer outro. Buscar a maior felicidade do maior número é a única conduta racional.

A *igualdade e o altruísmo* entraram assim na Filosofia Política. Em conjunto, surgiram tanto a *democracia* como o *socialismo utilitário*.

Esta era a segunda corrente ainda a permear a atmosfera de pensamento na época de Keynes. Ela não eliminou a antiga corrente do *individualismo e laissez-faire*. Misturou...

No início do século XIX, realizou-se a união milagrosa. Harmonizou o individualismo conservador com o socialismo e o igualitarismo democrático. Teria sido difícil para aquela época alcançar essa *harmonia de opostos* (entre a vantagem privada e o bem público) se não fosse pelos economistas darem uma base científica a ela.

Surgiu, entre eles, a ideia de os indivíduos perseguirem seus próprios interesses e com esclarecimento, em condições de liberdade, tenderem sempre a promover ao mesmo tempo o interesse geral. Viva Adam Smith!

Trata-se então de concentrar os esforços dos práticos em garantir as condições necessárias de liberdade. À doutrina filosófica de o governo não ter o direito de interferir, e à doutrina divina de não ter necessidade de interferir, acrescentou-se uma prova científica de a sua interferência é inadequada. Viva essa Ciência Econômica!

O individualismo dos filósofos políticos apontava para a adoção do *laissez faire*. A harmonia divina ou científica (conforme o caso) entre o interesse privado e a vantagem pública apontava para o *laissez faire*. Viva o liberalismo!

A inépcia dos administradores públicos prejudicaria o homem prático em favor do *laissez faire*. Quase tudo feito pelo Estado mercantilista, no século XVIII, além das suas funções mínimas teria sido, ou parecia ser, prejudicial ou malsucedido.

Lutava-se, na França, contra a Monarquia Absolutista. Pressupunha-se, na Inglaterra, o progresso material entre 1750 e 1850 ter vindo da iniciativa individual e a Revolução Industrial não dever quase nada à influência diretiva da sociedade organizada como um todo, inclusive por ter já alcançado a Monarquia Parlamentarista em 1688.

Os economistas ensinavam: *a riqueza, o comércio e a maquinaria eram filhos da livre concorrência*. Disseram-nos: a iniciativa privada irrestrita promoveria o bem maior do todo. Algo melhor seria possível para o homem de negócios?

A nova doutrina econômica via o mundo como obra do relojoeiro divino (“*design inteligente*”) e parecia tirar todas as coisas do acaso, do caos e dos velhos tempos. Neste ponto do *laissez faire*, as novas ideias reforçaram as antigas.

O olho humano não necessitava planejar milagrosamente todas as coisas para o melhor. Bastava a conquista suprema do acaso, operando em condições de livre concorrência e *laissez faire*. O princípio do “darwinismo social” da *sobrevivência do mais apto* poderia ser considerado uma vasta generalização do dito pela Economia.

As interferências “socialistas” (sic) tornaram-se, à luz desta síntese grandiosa, não apenas inconvenientes, mas ímpias. Esse adjetivo, usado ironicamente por Keynes, refere-se à “ímpiedade” de quem não tem religião, ou seja, ateu, herege, incrédulo, irreligioso – e não crente, pio, religioso. Estende de quem não respeita as coisas sagradas ou as práticas religiosas para quem ofende o considerado digno de respeito.

Uniram-se todas as coisas boas em um único fim quando todos os pensadores não hereges passaram a ser pregadores praticamente a mesma coisa: individualismo e *laissez faire*. A corporação dos economistas estava lá para provar: o menor desvio para *a impiedade* envolvia a ruína financeira.

Essas razões “científicas” (sic) e essa atmosfera intelectual-religiosa são as explicações, segundo Keynes, quer saibamos disso ou não, por qual razão sentimos uma inclinação tão forte a favor do *laissez faire*. Daí a ação estatal para regular o valor do dinheiro, ou planejar o investimento, ou controlar a população, provoca suspeitas...

Afirmou Keynes: “um estudo da história da opinião é uma preliminar necessária para a emancipação da mente. Não sei o que torna um homem mais conservador – não saber nada além do presente, ou nada além do passado”.

Por isso, demonstrou os economistas terem fornecido o pretexto científico pelo qual o homem prático poderia resolver *a contradição entre o egoísmo e o socialismo*, emergente da filosofia do século XVIII e da decadência da religião revelada. A linguagem dos economistas prestou-se à interpretação do *laissez faire*.

O Marquês d’Argenson, por volta de 1751, foi o primeiro a entusiasmar-se com as vantagens econômicas de *os governos deixarem o comércio em paz*. Para *governar melhor é preciso governar menos*. A verdadeira causa do declínio das nossas manufaturas, declarou ele, é a proteção lhes dada.

Segundo Keynes, a frase típica “*laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*”, não se encontra nas obras de Adam Smith, de Davi Ricardo ou de Malthus. Mesmo a ideia não está presente, de forma dogmática, em nenhum desses autores.

Jeremy Bentham (1748-1832) não era economista, mas em sua obra se encontra a regra do *laissez faire*, tal como antigamente, adotada ao serviço da Filosofia utilitarista. Esta teoria ética normativa respondia a todas as questões acerca do fazer, admirar e viver em termos da maximização da utilidade e da felicidade. Ele escreveu: “A regra geral é: *nada deve ser feito ou tentado pelo governo*; o lema ou a palavra de ordem do governo deveria ser: – *Fique quieto!*”.

Ascensão e Queda do *Laissez-Faire*

O Mercantilismo ficou conhecido como um conjunto de ideias e práticas econômicas executadas pelos Estados absolutistas europeus, posterior ao período do Feudalismo. Representava a intervenção do Estado sobre a economia, tomando medidas protecionistas de modo a garantir o enriquecimento com base na quantidade de metais preciosos (ouro e prata) armazenados nos seus cofres para gastos públicos e importação.

O Mercantilismo se intensificou a partir do século XV, com o início das grandes explorações marítimas, e entrou em declínio em meados do século XVIII, com o surgimento de ideias liberais, onde o iluminismo, o individualismo e o *laissez-faire* começaram a questionar a interferência direta do Estado na economia. Quem saía ganhando mais com este sistema econômico era o rei e a nobreza.

A campanha política pelo livre comércio diante do Estado mercantilista fixou o *laissez faire* na mente popular como a conclusão prática da Economia Política liberal: a favor do controle dos gastos do rei e dos nobres ricos. O liberalismo iluminista defendia a verdadeira liberdade aceita pela burguesia: “todo homem ser deixado livre para dispor de sua própria propriedade, de seu próprio tempo, de sua força e de sua habilidade, da maneira a qual julgar adequada, caso não faça mal a seus vizinhos”.

Em suma, segundo John Maynard Keynes no ensaio “O Fim do *Laissez-Faire*”, a Filosofia Política, nos séculos XVII e XVIII, forjada para derrubar reis e prelados, fez o dogma liberal tomar conta da máquina educacional, tornou-se uma máxima de caderno escolar. Daí “quase todos os economistas, de renome ou não, estejam sempre pronto para encontrar buracos na maior parte das propostas socialistas”.

Os economistas, comentou Keynes, já não tinham qualquer ligação com as filosofias teológicas ou políticas das quais nasceu o dogma da harmonia social. Afinal, a sua análise “científica” não os levava a tais conclusões.

Cairnes (1823-1875), em palestra em 1870, foi talvez o primeiro economista a desferir um ataque frontal contra o *laissez faire* em geral. “A máxima de *laissez faire*”, declarou ele, “não tem qualquer base científica e é, na melhor das hipóteses, mera regra prática”.

Depois, notáveis economistas reconheceram o interesse privado e o interesse social não serem harmoniosos. No entanto, a atitude não dogmática dos economistas menos ideológicos não prevaleceu contra a opinião geral de uma política individualista do *laissez faire* ser tanto *o que eles deveriam ensinar* quanto *o que de fato ensinam*.

Os economistas, como outros cientistas, escolheram a hipótese de partida oferecida aos principiantes, simplesmente, porque é a mais simples – e não porque é a mais próxima dos fatos. Foram influenciados pelas tradições do assunto.

Começaram por assumir um estado de coisas onde a distribuição ideal dos recursos produtivos poderia ser conseguida através de indivíduos agindo de forma independente pelo método de tentativa e erro. Dessa forma, os indivíduos a se moverem na direção certa destruiriam, através da competição, aqueles em movimento na direção errada.

Por meio dessa *arbitragem*, não deve haver misericórdia ou proteção para aqueles cujo embarque de seu capital ou de seu trabalho foi para uma viagem na direção errada. Esse método levaria ao topo os produtores de lucros mais bem-sucedidos, através de uma concorrência implacável pela sobrevivência, e selecionaria os mais eficientes através da falência dos menos eficientes.

Esses economistas não contabilizam o custo da luta. Pressupõem apenas os benefícios de o resultado presumido serem permanentes. Com este método de atingir a distribuição ideal dos instrumentos de produção entre diferentes fins, deriva-se também a suposição sobre como atingir a distribuição ideal do disponível para consumo.

Cada indivíduo descobrirá quais dentre os possíveis bens de consumo mais desejados por ele pelo método de tentativa e erro “na margem”. Desta forma, não só cada consumidor distribuirá o seu consumo da forma mais vantajosa, mas cada objeto de consumo atenderá quem tem o maior gosto por ele em comparação com os demais.

Esse consumidor, via concorrência, superará o restante... Assim imaginam os adeptos da Economia marginalista sem falar em dinheiro, diretamente, e tampouco em riqueza financeira. O único neoclássico notável a falar nesse tema foi Knut Wicksell (1851-1926).

Esta suposição de condições nas quais a *seleção natural* sem impedimentos leva ao progresso, é apenas uma das duas suposições provisórias, mas tomadas como verdade literal, acabaram se tornando os pilares gêmeos do *laissez faire*. A outra, segundo Keynes, é a *eficácia* como sendo um incentivo ao esforço máximo.

Na verdade, essa “palavrinha-mágica” (sempre na boca de neoliberais) refere-se à melhor oportunidade de ganhar dinheiro de maneira ilimitada. Dessa forma, uma das mais poderosas motivações humanas, *o amor ao dinheiro*, é introduzida como argumento para a tarefa de distribuir os recursos econômicos da forma mais bem calculada para aumentar a riqueza... de quem merece, sem dúvida, pois já a possui!

O paralelismo entre a *economia laissez-faire* e o *darwinismo social* é apresentado como muito próximo. Assim como Darwin invocou *o amor sexual*, agindo como um ajudante da seleção natural pela competição, capaz de direcionar a evolução ao longo de linhas desejáveis e eficazes, também o individualista invoca *o amor ao dinheiro*, agindo através da maximização do lucro, como ajudante da competição natural, para provocar a produção na maior escala possível daquilo mais desejado, medido pelo valor de troca.

Esquece-se tal teoria abstrata decorrer não dos fatos da realidade, mas sim de uma *hipótese incompleta*, introduzida por uma questão de simplicidade. A conclusão de os indivíduos, ao atuarem de forma independente em causa própria, produzirão o maior agregado de riqueza depende de uma

variedade de pressupostos irrealistas. Os processos de produção e consumo apresentados não são, de forma alguma, orgânicos.

Os economistas neoclássicos reservam para uma fase posterior do seu argumento as complicações surgidas na realidade: (1) quando as unidades eficientes de produção são maiores relativamente às unidades de consumo, (2) quando estão presentes custos conjuntos, (3) quando as economias de escala tendem à agregação da produção, (4) quando o tempo necessário para os ajustes é longo, (5) quando a ignorância prevalece sobre o conhecimento, e (6) quando os monopólios e outras estruturas do mercado interferem na igualdade na negociação.

Quando, finalmente, reconhecem a hipótese simplificada não corresponder com precisão aos fatos argumentam ela representar o que é “natural”. Portanto, é o ideal ou *o que deveria ser* a economia de livre-mercado idealizada por eles. Keynes ironiza o apelo a esse argumento: “eles consideram a hipótese simplificada como *saúde* e as complicações posteriores como *doença*”. São doutores na defesa da saúde!

Mas Keynes não deixa de demarcar seu anticomunismo de liberal inglês. Afirma: “os princípios de *laissez faire* tiveram outros aliados além dos livros de Economia neoclássica. Deve admitir-se: foram confirmadas nas mentes dos pensadores sensatos e do público razoável pela má qualidade das propostas oponentes – *o protecionismo*, por um lado, e *o socialismo marxista*, por outro”.

Reforça a crítica: “ambos são exemplos de *pensamento deficiente*, de incapacidade de analisar um processo e segui-lo até a sua conclusão”. Dos dois, reconhece o protecionismo ser pelo menos plausível. “Mas o socialismo marxista deve sempre permanecer um presságio para os historiadores da opinião: como é possível *uma doutrina tão ilógica e tão monótona* ter exercido uma influência tão poderosa e duradoura sobre as mentes dos homens e, através deles, sobre os acontecimentos da história”.

De qualquer forma, para Keynes, “as óbvias deficiências científicas destas duas escolas [mercantilismo e marxismo] contribuíram grandemente para o prestígio e a autoridade no século XIX do *laissez faire*”. A vitória do mal seria por culpa da derrota do bem...

A experiência da economia de guerra na organização da produção socializada deixou alguns observadores otimistas, ansiosos por repeti-la em condições de paz. “O socialismo de guerra”, segundo Keynes, “alcançou inquestionavelmente uma produção de riqueza em uma escala muito maior em comparação a alguma vez conhecida na paz, pois embora os bens e serviços fornecidos estivessem destinados à extinção imediata e infrutífera, mesmo assim eram riqueza”.

No entanto, a dissipação de esforços também foi prodigiosa. A atmosfera de desperdício e sem contar o custo era repugnante para qualquer espírito parcimonioso ou previdente.

Finalmente, “o individualismo e o *laissez faire* não poderiam, apesar das suas profundas raízes nas filosofias políticas e morais do fim do século XVIII e início do século XIX, ter assegurado o seu domínio duradouro sobre a condução dos assuntos públicos, se não fosse pela sua *conformidade com as necessidades e desejos do mundo dos negócios da época*. Eles deram todo o alcance aos nossos antigos heróis, *os grandes homens de negócios*, conclui ironicamente Lorde Keynes, membro nobre da casta dos sábios intelectuais ingleses.

Agenda de Estado

John Maynard Keynes conclui o ensaio “O Fim do *Laissez-Faire*” (1926), questionando a imagem do *grande capitão da indústria*, o mestre individualista. “Ele nos serve servindo a si mesmo (...). Mas ficamos cada vez mais em dúvida se será ele quem nos levará pela mão ao paraíso”.

Os muitos elementos críticos ao individualismo e ao *laissez-faire* contribuíram para o preconceito intelectual já vigente em meados da década dos 20s no século XX. A força convincente das razões originais desapareceu, embora as conclusões sobreviveu-lhes.

No entanto, sugerir *ação social para o bem público* aos economistas ortodoxos é como discutir a *Origem das Espécies* de Charles Darwin com um bispo no século XIX. A primeira reação não é intelectual, mas sim moral. Entra em questão uma ortodoxia – e quanto mais persuasivos forem os argumentos, mais grave será a ofensa.

Keynes afirma: “não é verdade os indivíduos possuem uma ‘liberdade natural’ prescritiva nas suas atividades econômicas. Não existe nenhum ‘pacto’ capaz de confira direitos perpétuos aos proprietários ou aos capazes de adquirir propriedades”.

O mundo não é onde o interesse privado e o social sempre coincidem. Não é uma dedução correta dos princípios da Economia de o interesse próprio esclarecido sempre operar no interesse público. Nem é verdade o interesse próprio ser sempre iluminado.

Os indivíduos agem separadamente para promover os seus próprios fins e são demasiadamente ignorantes ou sem iniciativa para alcançá-los em conjunto. A experiência real não mostra os indivíduos, quando constituem *uma unidade social*, serem sempre menos clarividentes em comparação a agirem separadamente.

O próprio guru conservador, Edmond Burke, no século XVIII, salientou caber à legislação “determinar o que o Estado deve assumir como sua responsabilidade de dirigir, guiado pela *sabedoria pública*, e o que deve devida deixar, com o mínimo de interferência possível, ao *esforço individual*”.

Jeremy Bentham (1748-1832) chamou isso de *Agenda e Não-Agenda*. Seria tarefa dos economistas distinguir uma da outra e tarefa complementar dos políticos conceber formas de governo, dentro de uma democracia, capazes de realizar a *Agenda do Estado*.

O tamanho ideal da unidade de controle e organização se situa em algum lugar entre o indivíduo e o Estado moderno. Keynes sugere “o progresso residir no crescimento e no reconhecimento de *órgãos semiautônomos dentro do Estado*”.

São órgãos cujo critério de ação dentro do seu próprio campo é unicamente *o bem público* e suas deliberações se sobrepõem à vantagem privada. O altruísmo de suas ações voluntárias beneficia outros em lugar da vantagem separada de grupos, classes ou faculdades particulares.

Esses órgãos são autônomos dentro das limitações prescritas, mas estão sujeitos, em última instância, à soberania da democracia expressa através do Parlamento. Keynes reconhece propor, de certa forma distinta, um regresso às guildas medievais, como associações de profissionais com autonomias separadas. Essas corporações de natureza ocupacional, atuantes como “casta de sábios tecnocratas”, são *um modo de governo*.

Ele, um servidor público concursado no governo da Inglaterra, cita como exemplos desses órgãos autônomos as Universidades públicas autônomas (como são as estaduais paulistas), o Banco Central, os órgãos responsáveis pelos serviços de utilidade pública, mediante remuneração por parte do usuário, o fornecimento de energia elétrica, gás, transporte coletivo rodoviário de passageiros, telefonia, entre outros.

No Brasil, o conjunto dos itens com *preços administrados* inclui impostos e taxas (IPVA, IPTU e taxa de água e esgoto) e serviços de utilidade pública. Suas tarifas são reguladas ou autorizadas pelo poder público por meio de agências reguladoras ou fiscalizadoras (telefonia, energia elétrica, planos de saúde, pedágio), derivados de petróleo, cuja virtual formadora de preço é uma empresa estatal (Petrobras), e até itens cujos preços podem ser considerados virtualmente livres como álcool e passagens aéreas.

Mas mais interessante diante disto é a tendência, destacada por Keynes, das companhias por ações, quando atingem uma certa dimensão, podendo ser classificadas como “grande corporação”, se aproximarem do estatuto de *empresas públicas*, em vez de se aproximarem do estatuto de *empresa privada individualista*. Ele, um liberal clássico, vê como positiva “a tendência das grandes empresas se socializarem”.

Chega-se a um ponto no crescimento de uma grande instituição – particularmente, uma grande empresa de serviços públicos, mas também um grande banco de varejo com depósitos massivos da população – na qual os proprietários do capital, ou seja, os acionistas, estão quase inteiramente dissociados da gestão. O interesse pessoal direto destes últimos na obtenção de lucros máximos, em curto prazo, se torna secundário.

Quando este estágio é alcançado, a reputação da instituição é mais considerada pela administração em vez de o lucro máximo para os acionistas. Os acionistas devem ficar satisfeitos com dividendos adequados, mas, assegurado isto, o interesse direto da gestão consiste em *evitar críticas do público e dos clientes da empresa*.

Este é particularmente o caso se a sua grande dimensão ou a posição semi-monopolística os tornar vulneráveis ao ataque público. É o caso, por exemplo, da Petrobras.

Daí o protagonismo da sigla em inglês ESG: significa *Environmental, Social and Governance*, e deve corresponder às práticas ambientais, sociais e de governança de uma grande organização. O termo foi cunhado, em 2004, em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada *Who Cares Wins*. Os critérios ESG estão totalmente relacionados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelo Pacto Global, iniciativa mundial da ONU e entidades internacionais.

O ESG é *uma jornada de transformação dos negócios privados*. Envolve a construção de um mundo inclusivo, ético e ambientalmente sustentável, de modo a garantir a qualidade de vida para todos.

Keynes, em 1926, já detectava a tendência histórica de transformação, pressionada pela opinião pública, pela evolução do sistema capitalista para outro sem denominação. “[As grandes corporações] estão, com o passar do tempo, *se socializando*”.

Alerta: “isso não é um ganho puro. As mesmas causas promovem o conservadorismo e o declínio do empreendedorismo. Na verdade, nestes casos já temos muitas das falhas e das vantagens do *Socialismo de Estado*. No entanto, vemos aqui uma linha natural de evolução. A batalha desse ‘socialismo’ *contra o lucro privado ilimitado* está a ser vencida detalhadamente, hora a hora”.

Não existe nenhuma questão política louvada como importante, mas de fato tão sem importância ou irrelevante para a reorganização da vida econômica, como a “nacionalização” ou “estatização” de empreendimentos possíveis de gestão privada voltada para o bem público. Seus acionistas cobram equilíbrio entre dividendos e ESG.

Muitos grandes empreendimentos de serviços públicos em infraestrutura exigem um grande capital fixo, precisam de *empresas semi-socializadas*, ou seja, empresas semiautônomas diante de órgãos do governo central. Keynes clama: “devemos manter as nossas mentes flexíveis relativamente às formas deste *semi-socialismo*”.

Ele critica o *Socialismo de Estado doutrinário*, não porque envolve os impulsos altruístas dos homens ao serviço da sociedade, ou porque afasta o *laissez faire*, ou porque tira a liberdade natural do homem ganhar um milhão de dólares. Tudo isso ele aplaude.

Critica-o porque ignora o *significado da evolução sistêmica* já acontecendo; porque é, de fato, uma sobrevivência empoeirada de um plano para resolver os problemas, baseado em uma má compreensão do dito por alguém no século passado: Karl Marx no século XIX. Provoca: “o Socialismo de Estado surgiu de Bentham, da livre concorrência etc.”.

Devemos separar os serviços *tecnicamente sociais* daqueles *tecnicamente individuais*. O mais importante da *Agenda de Estado* refere-se não às atividades já desempenhadas pelos particulares, mas às funções fora da esfera individuais, às decisões a ser tomadas por alguém despreparado caso o Estado não as tomar. O importante para o governo não é fazer coisas já sendo feitas por indivíduos, e tentar fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas sim fazer aquelas coisas atualmente não sendo feitas.

Muitos dos maiores males econômicos do nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. Estes fatores são também a causa do desemprego do trabalho ou da decepção de expectativas empresariais razoáveis. A cura para estas coisas deve ser procurada, em parte, no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central, e em parte no recolhimento e na divulgação em grande escala de dados relativos à situação empresarial. Envolveriam a sociedade no *exercício da inteligência diretiva*.

Keynes, um Liberal

John Maynard Keynes, no último tópico do ensaio “O Fim do *Laissez-Faire*” (1926), defende ser necessário algum ato coordenado de julgamento inteligente quanto à escala na qual é desejável a comunidade como um todo *poupar*, à escala na qual essas poupanças devem ir para o exterior, sob a forma de Investimento Direto Estrangeiro [IDE], se a atual organização do mercado de capitais distribui as poupanças pelos canais mais produtivos em nível nacional. Estas questões não deviam ser deixadas inteiramente ao acaso do julgamento privado e dos lucros privados, como acontecia.

Ele ousava até em defender uma política demográfica. “Já chegou o momento no qual cada país precisa de uma política nacional ponderada sobre qual o *tamanho da população*, seja maior ou

menor diante da atual, seja igual, ser o mais conveniente”. Apenas em 1960 a primeira pílula anticoncepcional chegou à venda.

Suas reflexões foram dirigidas para possíveis melhorias na técnica do capitalismo moderno através de *agência da ação coletiva*. Não havia nada nelas seriamente incompatível com a característica essencial do capitalismo. Para ele, esta era “a dependência de um intenso apelo aos instintos de *ganhar dinheiro* e de *amar o dinheiro* dos indivíduos atuante como a principal força motriz da máquina econômica”.

Esperava as disputas mais ferozes e as divisões de opinião mais profundas a serem travadas nos anos seguintes, não se dariam em torno de *questões técnicas*, onde os argumentos de ambos os lados eram principalmente econômicos, mas em torno daquelas possíveis de ser chamadas de *questões psicológicas* ou, talvez, *morais*.

Na época, o fascismo e o nazismo estavam ainda chocando seus “ovos da serpente”. Hoje, o neofascismo ressurgiu, botado em campanhas eleitorais, nas quais não se discute mais *programas econômicos*, mas sim *pautas morais ou religiosas*.

Havia, três anos da Crise de 1929, uma reação latente, algo generalizada, contra basear a sociedade, como era feito, na promoção, encorajamento e proteção das motivações monetárias dos indivíduos. A preferência era por organizar os assuntos de modo a *apelar ao motivo monetário o menos possível*, em vez de tanto quanto possível.

A maioria das religiões e das filosofias depreciava, ou mesmo desconjurava, um modo de vida influenciado principalmente por considerações de lucro monetário pessoal. Ao contrário, a maioria das pessoas rejeitava essas noções ascéticas e não duvidava das reais vantagens da riqueza.

Atualmente, a Teologia da Prosperidade se faz presente em todo o mundo, exaltando os privilégios possíveis de a riqueza e o dinheiro trazer, apresentando-os como “retribuição de Deus” aos fiéis evangélicos seguidores de sua doutrina, substituindo a fé e a devoção divina por prósperos empreendimentos. Trata-se da *comercialização da fé cristã* a partir da deturpação dos ensinamentos bíblicos. Atua na política via “bancada da Bíblia”.

Muitas pessoas militantes, realmente opositoras do *capitalismo como modo de vida*, argumentam como se o estivessem a opor com base na sua ineficiência em atingir os seus próprios objetivos. Por sua vez, os devotos do capitalismo costumam ser indevidamente conservadores e rejeitam quaisquer reformas na sua lógica mercantil.

Essas reformas, segundo Keynes, poderiam realmente fortalecê-lo e preservá-lo. No entanto, os conservadores têm medo delas revelar-se como *os primeiros passos para se afastar do próprio capitalismo*.

Da parte do Keynes, ele pensava “o capitalismo, caso gerido com sabedoria, pode provavelmente tornar-se mais eficiente para atingir fins econômicos diante de qualquer sistema alternativo ainda à vista, mas em si é, em muitos aspectos, extremamente questionável. Nosso problema é elaborar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de *um modo de vida satisfatório*.”

Pregava não a agitação política ou as experiências prematuras, mas sim *o pensamento sensato e reformista* – não revolucionário. No campo da ação, os reformadores não seriam bem-sucedidos até

conseguirem perseguir firmemente um objetivo claro e definido, com o seu intelecto e os seus sentimentos em sintonia.

Keynes disse em 1926: “atualmente, não há nenhum partido no mundo o qual me pareça perseguir objetivos corretos através de métodos corretos. (...) Precisamos de um novo conjunto de convicções”.

Curiosamente, em uma palestra na *Liberal Summer School*, no ano anterior ao do ensaio “O Fim do *Laissez-Faire*”, depois publicada como dois artigos reproduzidos em *Essays in Persuasion*, discute se deveria aderir ao Partido Conservador, Liberal ou Trabalhista.

Dizia não ser um conservador – “eles não me oferecem nem comida nem bebida – nem alimento intelectual... nem espiritual”. Por sua vez, o Partido Trabalhista ele repele por ser um *partido de classe*, “e essa classe não é a minha classe. Posso ser influenciado por proposta a qual me pareça ser justa e com bom senso, mas *a luta de classes irá encontrar-me ao lado da burguesia educada.*” Isso lhe deixava o Partido Liberal “como o melhor instrumento do progresso futuro – se ao menos tiver uma liderança forte e o programa certo”.

Como bissexual assumido, não tinha dúvidas de as questões sexuais estarem prestes a entrar na arena política. Os primórdios representados pelo movimento sufragista das mulheres foram apenas sintomas de questões mais profundas e importantes abaixo da superfície.

“O controle da natalidade e o uso de contraceptivos, as leis do casamento, o tratamento de crimes e anomalias sexuais, a posição econômica das mulheres, a posição econômica da família – em todas estas questões o estado atual da lei e da ortodoxia ainda é medieval e fora de contato com a opinião civilizada e a prática civilizada e com a qual os indivíduos, instruídos e não instruídos, dizem uns aos outros em particular”.

A mudança de opinião sobre estas questões não afetaria apenas uma pequena classe instruída. As mulheres trabalhadoras não ficariam chocadas com as ideias do controle da natalidade ou da lei para o divórcio.

Para elas, seria a emancipação da mais intolerável das tiranias: o matrimônio e a gravidez indesejada. Um partido ao discutir estas coisas, aberta e sabiamente, nas suas reuniões, descobriria um interesse novo e vivo no eleitorado – porque a política estaria a lidar com assuntos capazes de afetar profundamente a própria vida de todos.

Estas questões também estavam interligadas com *questões econômicas*, as maiores de todas as *questões políticas*, sobre as quais Keynes se sentia mais qualificado para falar.

Até então, o mundo tinha vivenciado três ordens econômicas, na terceira das quais estava entrando.

A situação econômica normal do mundo, até o século XVI, definia-se como a Era da Escassez, seja devido à ineficiência ou à violência, à guerra, aos costumes, à superstição. Em tal período, existia o mínimo de liberdade individual e o máximo de controle feudal ou governamental através da coerção física.

Durante os séculos XVII e XVIII, lutou-se para sair da escravidão da escassez e entrar na sociedade com o ar livre da abundância, culminando no século XIX, gloriosamente, nas vitórias de

laissez-faire e liberalismo clássico. Nesta Era da Abundância, existia o máximo de liberdade individual, o mínimo de controle coercivo através do governo – e a negociação individual tinha tomado o lugar do racionamento.

Mas, em 1925, entrava-se em uma Terceira Era chamada de Era da Estabilização. Verdadeiramente, segundo Keynes, caracterizava-se como “a alternativa real ao comunismo de Marx”.

Neste período, disse o economista institucionalista Commons, “há uma diminuição da liberdade individual, imposta em parte por sanções governamentais, mas principalmente por sanções econômicas através de ação concertada, seja secreta, semiaberta, aberta ou arbitral, de associações, corporações, sindicatos, e outros movimentos coletivos de fabricantes, comerciantes, trabalhadores, agricultores e banqueiros”. Os abusos desta época, nas esferas do governo, são *o fascismo*, por um lado, e *o bolchevismo*, por outro.”

O socialismo não oferece um meio-termo, segundo Keynes, “porque também nasce dos pressupostos da Era da Abundância, tanto quanto o *laissez-faire*, o individualismo e o livre jogo das forças econômicas, perante as quais todos ainda se curvam lamentavelmente”.

A transição da anarquia econômica para um regime com meta de deliberadamente controlar e dirigir as forças econômicas no interesse da justiça social e da estabilidade social, apresentará enormes dificuldades, tanto técnicas como políticas. Keynes finaliza sua palestra aos membros do Partido Liberal sugerindo “o verdadeiro destino do Novo Liberalismo é procurar a sua solução”, ou seja, oferecer uma alternativa ao socialismo soviético, cuja violenta revolução na Rússia tinha acontecido há apenas oito anos, em outubro de 1917.

Keynes, um Anticomunista

John Maynard Keynes e sua esposa, Lydia Lopokova, visitaram a Rússia em setembro de 1925, logo após seu casamento. Ele foi representante oficial da Universidade de Cambridge nas celebrações do bicentenário da Academia Russa de Ciências. Após a visita, ele escreveu três artigos posteriormente publicados como “Uma breve visão da Rússia”. Uma versão abreviada apareceu em *Essays in Persuasion*.

“É extraordinariamente difícil ser imparcial em relação à Rússia”. Após essa confissão, se propõe a responder sua questão demonstrativa de *parti pris*: o que é a fé comunista?

Sua posição ou atitude era uma opção preconcebida. Foi exposta como uma prevenção contra o “vírus comunista” se espalhar pelo mundo, 8 anos após a revolução soviética.

Na sua opinião, assumida antecipadamente, o leninismo era uma combinação de duas coisas: *religião e negócios*. “Ficamos chocados porque a religião é nova e desdenhosos porque o negócio, estando subordinado à religião (e não o contrário), é altamente ineficiente”.

Tal como outras novas religiões, diz, “o leninismo deriva o seu poder não da multidão, mas de uma pequena minoria de convertidos entusiastas, cujo zelo e intolerância fazem com que cada um seja igual em força a uma centena de indiferentes”.

Tal como outras novas religiões, acusa, “persegue sem justiça ou piedade aqueles capazes de lhe resistir ativamente”. Mas, ressalva, dizer o leninismo ser “a fé de uma minoria perseguidora e

propagadora de fanáticos liderados por hipócritas é dizer, nada mais, nada menos, ele ser uma religião e não apenas um partido, e Lenin ser um Maomé, não um Bismarck”. Otto von Bismarck, o chanceler de ferro, foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX.

Propõe-se, no limiar do stalinismo, três perguntas a serem respondidas. “A nova religião é parcialmente verdadeira ou simpática às ‘almas dos homens modernos’? Será do lado material tão ineficiente a ponto de a tornar incapaz de sobreviver? Com o passar do tempo, com diluição suficiente e adição de impureza, alcançará a multidão?”

Quanto à primeira questão, quem está completamente satisfeito com o capitalismo cristão ou egoísta, não hesitaria em responder-lhe: ou já tem uma religião ou não precisa de nenhuma nova. Mas muitos sentem-se obrigados a sentir uma forte curiosidade emocional por qualquer religião realmente nova.

Quanto ao Keynes, responde: ‘para mim, criado em um ambiente livre e não ofuscado pelos horrores da religião, sem nada a temer, a Rússia Vermelha guarda coisas demais detestáveis. (...) Não estou preparado para um credo o qual não se importa com o quanto destrói a liberdade e a segurança da vida cotidiana, e utiliza deliberadamente as armas de perseguição, destruição e conflito internacional”.

Ele apresenta seu preconceito esnobe (e equivocado) contra *O Capital* de autoria de Karl Marx. “Como posso aceitar uma doutrina capaz de apresentar como bíblia, acima e além de qualquer crítica, *um livro de Economia obsoleto, não apenas cientificamente errôneo, mas sem interesse ou aplicação para o mundo moderno?*”

Espantoso um homem pronto para se apresentar como culto dizer tamanha asneira a respeito da obra prima de Marx, na qual faz uma extensa análise da sociedade capitalista. É um livro de Economia Política, mas não só. É uma obra descritiva, analítica, crítica, científica, filosófica, talvez a mais profunda análise sistêmica já produzida!

Keynes não se acanha em expor seu esnobismo típico da elite. “Como posso adotar um credo, preferindo a lama ao peixe, *capaz de exaltar o proletariado grosseiro acima da burguesia e da intelectualidade*, com quaisquer defeitos são a qualidade de vida e certamente carregam as sementes de todo o progresso humano? Mesmo se precisarmos de uma religião, como poderemos encontrá-la no lixo turvo das livrarias vermelhas?”

Não é só isso, pois ele não resiste ao autoelogio. “É difícil para um *filho educado, decente e inteligente* da Europa Ocidental encontrar aqui [na Rússia] os seus ideais, exceto caso tenha sofrido algum estranho e horrível processo de conversão e tenha mudado todos os seus valores”. Para Keynes, “o comunista acredita só em duas coisas: a introdução de uma nova ordem na terra e o método da revolução apenas significar isso”.

Com maior elegância intelectual e fidelidade aos fatos poderia apontar a necessidade dessa nova ordem ser julgada pelos horrores da revolução violenta e pelas privações do período de transição. Criticaria a revolução ser um exemplo do equívoco de quaisquer meios se justificarem pelo fim.

Mais respeitável seria Keynes ter antecipado o breve futuro. O stalinismo foi um regime totalitário ocorrido na União Soviética, de 1927 a 1953, durante o governo do ditador Josef Stalin. O

governo stalinista promoveu a coletivização de terras e industrializou a Rússia até transformá-la na segunda potência industrial do mundo – sem bens de consumo suficientes para toda a população!

É certa sua crítica sob o ponto de vista de um ateu. “O comunismo segue outras religiões famosas. Exalta o homem comum e faz dele tudo. Aqui não há nada de novo.”

Mas é lastimável esse guru de tantos colegas pós-keynesianos demonstrar um antissemitismo. “O leninismo é... não sobrenatural, e a sua essência emocional e ética centra-se na atitude do indivíduo e da comunidade em relação ao *amor ao dinheiro*. Não quero dizer o comunismo russo alterar, ou mesmo procure alterar, a natureza humana, *capaz de tornar os judeus menos avarentos* ou os russos menos extravagantes em comparação a antes.”

Como economista, é mais certo seu questionamento da tentativa de o comunismo russo construir uma estrutura de sociedade na qual os motivos pecuniários como influenciadores da ação tenham alterada sua importância relativa. “Ganhar dinheiro, como tal, na maior escala possível, não é menos respeitável socialmente, talvez mais, em lugar de uma vida dedicada ao serviço do Estado ou à religião, à educação, ao aprendizado ou à arte”.

Acertaria ao antecipar o equívoco de, na Rússia do futuro, dificultar-se um jovem respeitável seguir uma carreira profissional só para ganhar dinheiro. Ora, caso não ocorresse a abertura dessa possibilidade, não estimularia a carreira de um comissário corrupto ou levaria à aquisição de competências em falsificação e peculato?

Apontou corretamente o esperado: “mesmo os aspectos mais admiráveis do *amor ao dinheiro* na nossa sociedade atual, como a *parcimônia* e a *poupança*, e a obtenção de segurança financeira e independência para si e para a sua família, embora não sejam considerados moralmente errados, tornar-se-ão tão difíceis e impraticáveis a ponto de não valer a pena. Todos devem trabalhar para a comunidade – reza o novo credo – e, se cumprirem o seu dever, a comunidade irá apoiá-los”.

Na realidade, salientou, este sistema não levou um nivelamento total dos rendimentos. Uma pessoa inteligente e bem-sucedida na Rússia Soviética tem uma renda maior e uma vida melhor em comparação a outras pessoas.

Antecipou o surgimento da *Nomenklatura* (palavra russa derivada do latim) como se designava a burocracia ou casta dirigente da União Soviética. Ela incluía altos funcionários do Partido Comunista da URSS e trabalhadores com cargos técnicos, artistas e outras pessoas capazes de gozar da simpatia de seus dirigentes.

Para os demais habitantes, ninguém podia permitir-se, com baixos rendimentos e com os elevados preços russos, além dos rígidos impostos progressivos, poupar algo de modo a valer a pena poupar. Já era difícil viver dia após dia...

Pior, não havia qualquer possibilidade de grandes ganhos pessoais, exceto assumindo o mesmo tipo de riscos associados ao suborno e ao peculato em outros lugares. Infelizmente, o suborno e o peculato não desapareceram na Rússia soviética.

A política soviética não consistia em proibir as profissões de comprar e vender com lucro, mas sim em torná-las precárias e vergonhosas. “O comerciante privado era uma espécie de fora-da-lei permitido, sem privilégios ou proteção, *como o judeu na Idade Média* – uma saída para aqueles

com instintos avassaladores nesta direção, mas não um trabalho natural ou agradável para o homem normal”.

O efeito destas mudanças sociais seria, pensa Keynes, provocar uma mudança real na atitude predominante em relação ao dinheiro. Aponta: provavelmente provocará uma mudança muito maior quando crescer uma nova geração sem conhecer nada dele.

Uma sociedade na qual ganhar e acumular dinheiro não pode entrar nos cálculos da vida de um homem racional é uma tremenda inovação. Isto pode revelar-se ou utópico ou destrutivo do verdadeiro bem-estar social, embora, talvez, não tão utópico, se fosse perseguido com um espírito religioso intenso, com toda a população russa comungando o credo leninista, ou seja, o *comunismo anacrônico* com o estágio de atraso histórico vivenciado na Rússia do início do século XX.

Economia e Religião na Rússia Soviética

Após uma visita, em 1925, Keynes escreveu três artigos posteriormente publicados como “Uma breve visão da Rússia”. Sua hipótese apriorística foi: “não compreenderemos o *leninismo* a menos caso não o vejamos como sendo ao mesmo tempo uma *religião* perseguidora e missionária e uma *técnica econômica* experimental”.

No segundo e terceiro artigos, depois de focalizar “a religião comunista”, analisa mais a economia da Rússia Soviética. Reconhece o caráter experimental do ineditismo de uma revolução em nome do proletariado: “a doutrina defendida inicialmente de o dinheiro ser abolido para a maioria dos fins é agora considerada errada, não havendo nada inconsistente com a essência do comunismo em continuar a usar o dinheiro como instrumento de distribuição e cálculo”.

O governo soviético também chegou à conclusão de ser mais sensato combinar uma política de tolerância limitada com provocações e perseguições intermitentes contra a velha intelectualidade, os comerciantes privados, e mesmo contra os capitalistas estrangeiros, em vez de tentar eliminar completamente estes elementos. Confiava, por um lado, no controle completo da máquina educativa e na educação dos jovens e, por outro lado, na melhoria gradual da técnica de comércio estatal e no crescimento da capital do Estado, para dispensar esses “auxiliares pagãos” (por não professarem a fé comunista) com o passar do tempo.

Quase todos os membros da intelectualidade não-comunista com educação pré-guerra estavam ao serviço do novo governo, em muitos casos, em cargos importantes e de responsabilidade com salários relativamente elevados. O comércio privado tornou-se novamente legal, embora precário e difícil. Os capitalistas estrangeiros, ao concederem créditos comerciais em curto prazo para as importações governamentais da Rússia, podiam contar com alguma certeza de verem o seu dinheiro de volta no devido tempo.

Por essa busca flutuante das melhores conveniências práticas, Keynes achava difícil generalizar qualquer a respeito da Rússia Soviética. Como estimar a *eficiência do sistema econômico*, quando sofreu logo nos seus primeiros anos as duras condições materiais com perdas materiais e a desorganização da I Grande Guerra, seguidas por uma sucessão de guerras civis, pelo boicote do resto do mundo e por várias colheitas ruins? Tudo isto teria danificado qualquer sistema econômico!

Os experimentalistas soviéticos esperavam decorrer pelo menos cinco anos de paz e bom tempo antes de serem julgados apenas pelos resultados econômicos. Keynes diagnosticava: qualquer

generalização a partir das condições então vigentes, mesmo com seu baixo nível de eficiência, seria *o sistema funcionar e ter elementos de permanência*.

No último ensaio, ele se dedicou a responder à terceira pergunta: poderá o comunismo, com o passar do tempo, com suficiente diluição e adição de impureza, capturar a multidão? Sua resposta, em 1925, foi: se o comunismo alcançar um certo sucesso, irá alcançá-lo *não como uma técnica econômica melhorada, mas como uma religião*.

A tendência das críticas convencionais era cometer dois erros opostos: exagerar a ineficiência econômica do “comunismo odiado” pelos críticos; impressionar tanto com a sua ineficiência econômica a ponto de subestimar a fé comunista como nova religião.

Do lado econômico, Keynes avalia o comunismo russo não ter dado qualquer contribuição, para enfrentar problemas econômicos, de interesse intelectual ou valor científico. Não ofereceu qualquer peça de técnica econômica útil a qual não pudesse ser aplicada com igual ou maior sucesso em uma sociedade do capitalismo individualista.

Pelo menos teoricamente, não acreditava existir qualquer melhoria econômica para a qual uma revolução seja um instrumento necessário. *A sociedade tem tudo a perder com os métodos de mudança violenta*. “Nas condições industriais ocidentais, as táticas da Revolução Vermelha atirariam toda a população para um poço de pobreza e morte”.

Mas como religião quais eram as suas forças? O dogma da *exaltação do homem comum* conquistou a multidão nos 8 primeiros anos. “Qualquer religião e o vínculo capaz de unir os correligionários sobrepõe-se ao atomismo egoísta dos irreligiosos”.

Keynes contrapõe, de maneira incoerente, por não tratar a sua ideologia liberal também como uma “religião”, o comunismo russo ao capitalismo moderno. Este seria *absolutamente irreligioso*, sem união interna, sem muito espírito público, com um mero amontoado de proprietários – e perseguidores de ser. Argumenta: “tal sistema tem de ser imensamente, e não apenas moderadamente, bem-sucedido para sobreviver”.

Mas a sociedade ocidental, reconhecia Keynes, passava a duvidar de o homem de negócios estar a levando a um destino muito melhor se comparado ao lugar atual. Começava a se perguntar se *as vantagens materiais* de manter os negócios e a religião em compartimentos diferentes eram suficientes para equilibrar *as desvantagens morais*.

Os protestantes e os puritanos podiam separá-los, confortavelmente, porque a primeira atividade (econômica) pertencia à terra mundana e a segunda (religiosa) ao céu, ou seja, estava em outro lugar. Hoje, os protestantes uniram as duas na Teologia da Prosperidade.

Keynes questiona: “se o céu não está em outro lugar e não está no futuro, deve estar *aqui e agora* – ou não estar. Se não existe *um objetivo moral no progresso econômico*, segue-se não devemos sacrificar, nem por um dia, a moral em prol de vantagens materiais. Em outras palavras, não podemos mais manter os negócios e a religião em compartimentos separados da alma”.

Alertava: “se os pensamentos de um homem comum sejam capazes de se desviar por estes caminhos, ele estará pronto a procurar com curiosidade por algo no coração do comunismo”.

Parecia a Keynes cada dia mais claro: “o problema moral da nossa época está relacionado com o amor ao dinheiro, com o apelo habitual à *motivação monetária* em nove décimos das atividades da vida, com o esforço universal pela procura econômica individual. A *segurança* é vista como o principal objetivo do esforço, com a *aprovação social do dinheiro como medida do sucesso construtivo* e com o *apelo social ao instinto de acumulação* como a base da provisão necessária para a família e para o futuro”.

Afirmava as religiões decadentes terem cada vez menos interesse para a maioria das pessoas, exceto caso seja como uma forma agradável de *cerimonial mágico* ou de *observância social* aos domingos. Perderam o seu significado moral porque não tocavam nessas questões essenciais.

Uma *revolução nas formas de pensar e sentir em relação ao dinheiro* poderia se tornar o propósito crescente das concretizações contemporâneas do ideal. “Talvez, portanto, o comunismo russo represente os primeiros movimentos confusos de uma grande religião”.

Para encerrar o ensaio, Keynes admite: “se eu fosse russo, contribuiria com a minha quota de atividade para a *Rússia Soviética* em vez de ser para a *Rússia czarista*! Eu não poderia subscrever a nova fé oficial e muito menos a antiga. Eu detestaria as ações dos *novos tiranos* não menos como das dos antigos. Mas eu sentiria meus olhos estarem voltados para as possibilidades das coisas, e não mais para longe delas”.

Enfim, reconhece da crueldade e da estupidez da Velha Rússia nada poderia emergir, mas sob a crueldade e a estupidez da Nova Rússia alguma partícula do ideal podia estar escondida.

A santificação da poupança tendia perigosamente para o lado do dinheiro abstrato. O crescimento da riqueza individual fazia o mesmo. Keynes achava prudente sabermos as consequências de todas as nossas ações em termos de dinheiro. “Deveríamos estar transmutando valores reais em valores monetários sem conhecimento suficiente ou força de imaginação para traduzi-los novamente?”

Este Norte evitaria tomarmos decisões irrealis o tempo todo. Por exemplo, supomos saber de antemão, com certeza, os diferentes rendimentos resultantes de diferentes modos de vida. Os russos optariam pela fé comunista caso adivinhassem o futuro?

O fim da União Soviética ocorreu, em 1991, após a abertura política e econômica do governo Gorbachev e o movimento político de Boris Iéltsin. O governo Gorbachev (1985-1991) realizou dois projetos de reforma: a *Glasnost*, uma abertura política do regime; e a *Perestroika*, uma reestruturação econômica.

Nesse contexto de *crise geral*, o deputado Boris Iéltsin se tornou presidente da Rússia e iniciou um movimento de dissolução da União Soviética. As causas do seu fim estão ligadas à crise econômica, ao desgaste político e às tensões sociais.

Possibilidades Econômicas para os nossos Netos

Em 6 de novembro de 1925, John Maynard Keynes escreveu à sua esposa: “esta manhã senti um pouco de inspiração e escrevi algumas páginas filosóficas sobre o *Amor ao Dinheiro*”. Desde então, refletiu a respeito e escreveu o ensaio “Possibilidades econômicas para nossos netos”, publicado em 1931, em plena Grande Depressão.

Partiu da seguinte hipótese “as flutuações da história devem-se ao fato de o sistema social ser economicamente eficiente, mas moralmente ineficiente. Quando a economia leva os Estados a uma grande riqueza e conforto e a população à pobreza, isto leva ao seu colapso por *razões morais*. O problema fundamental da raça humana é encontrar um sistema social eficiente econômica e moralmente”.

Para levantar a moral, diante daquela péssima conjuntura econômica mundial, Keynes levantou uma hipótese inusitada, dadas as circunstâncias pessimistas. “O autor destes ensaios ainda espera e acredita não estar longe o dia no qual *o problema econômico ficará em segundo plano*, onde pertence. A arena do coração e da cabeça será ocupada, ou reocupada, pelos *nossos problemas reais*, os problemas da vida e das relações humanas, da criação e do comportamento e da religião”.

Havia uma *razão sutil*, extraída da análise econômica, pela qual, neste caso, essa fê podia funcionar. Pregava: “se agirmos consistentemente com base nessa *hipótese otimista*, esta tenderá a ser concretizada”. Caso contrário, “agindo com base na *hipótese pessimista*, podemos manter-nos para sempre no poço da necessidade”.

Essa “razão sutil” foi apresentada no dito ensaio “futurista” de Keynes, “Possibilidades econômicas para os nossos netos”, lido pela primeira vez como uma palestra em 1928 e publicado em *Essays in Persuasion* três anos mais tarde.

A população sofria, naquele momento, um forte ataque de *pessimismo econômico*. A época de enorme progresso econômico, especialmente para a Inglaterra, caracterizadora do século XIX, tinha acabado com o declínio da prosperidade.

Keynes acreditava essa ser uma interpretação extremamente equivocada dos acontecimentos naquela fase cíclica. A população estava a sofrer, “não com as dores reumáticas da velhice, mas com as dores crescentes das mudanças demasiadamente rápidas, com a *dor do reajustamento* entre um período econômico e outro”.

Com essa linguagem metafórica, para um público não acadêmico (seu leitor preferido), ele se referia ao *ciclo de negócios*. O aumento da eficiência técnica ocorria mais rapidamente do conseguido lidar com o problema da absorção de mão de obra.

A melhoria do padrão de vida teria sido um pouco rápida demais. O sistema bancário e monetário do mundo impedia a taxa de juro cair tão rapidamente quanto um pressuposto “equilíbrio” exigiria.

Esse processo de *boom* seguido de *crash*, atualmente, é dito como um *processo de alavancagem e desalavancagem financeira*. O diagnóstico financista de uma Grande Depressão é ser uma Grande Crise da Dívida.

A depressão mundial prevalecente, a enorme anomalia do desemprego com uma população cheia de necessidades e os erros desastrosos de política econômica cometidos, cegava os analistas e os *policy-makers* para enxergar aquilo abaixo da superfície. Vê-lo resultaria em uma verdadeira interpretação da tendência das coisas.

Keynes previa ambos os dois erros opostos do pessimismo vigente seriam provados errados no próprio tempo. Um era o *pessimismo dos revolucionários*: pensavam as coisas estarem tão más a ponto de nada poder salvar a não ser uma mudança violenta. Outro era o *pessimismo dos reacionários*:

consideravam tão precário o equilíbrio da vida econômica e social de modo a não se dever arriscar a fazer nenhuma experiência nova.

Seu objetivo no citado ensaio, entretanto, não era examinar o presente ou o futuro próximo, mas *livrar-se de visões curtas e criar asas para o futuro*. Perguntava a si próprio: qual será o nível da nossa vida econômica daqui a cem anos? Quais são as possibilidades econômicas para os nossos netos?

A ausência de invenções técnicas importantes entre a Era Pré-Histórica e os Tempos Modernos era verdadeiramente notável. Em alguma época, antes do início da História –antes da última Era Glacial – talvez tenha havido uma Era de Progresso e Invenção comparável àquela vivenciada na Era do Capitalismo. Mas durante a maior parte da História registrada não houve nada parecido.

A Era Moderna começou, pensa Keynes, com a acumulação de capital iniciada no século XVI. Isto se deveu inicialmente ao aumento dos preços e consequentes lucros resultantes do tesouro em ouro e prata trazidos pela Espanha e Portugal do Novo Mundo ao Velho.

Aí Keynes lança mão de um argumento financista inusitado na análise histórica. “Daquela época até hoje *o poder de acumulação por juros compostos*, adormecido há muitas gerações, renasceu e renovou forças”.

Ele calcula o extraordinário valor dos investimentos no exterior, feitos pela Grã-Bretanha, por meio dos juros compostos ao longo de duzentos e cinquenta anos. “Metade desse valor levamos para casa e aproveitamos; a outra metade deixamos para acumular no exterior a juros compostos”.

Os lucros da primeira grande empresa capitalizada por emissões de ações, a Companhia das Índias Orientais, foram a base do subsequente *investimento estrangeiro* realizado pela Inglaterra. A partir do século XVI, com um crescente cumulativo a partir do século XVIII, iniciou-se a grande Era da Ciência e das Invenções Técnicas.

Desde o início do século XIX, a maré do desenvolvimento esteve *em plena cheia* – carvão, vapor, eletricidade, petróleo, aço, borracha, algodão, as indústrias químicas, a maquinaria automática e os métodos de produção em massa, sem fios, impressão, Newton, Darwin e Einstein, e milhares de outras coisas e homens demasiado famosos e familiares para serem catalogados. Apesar do enorme crescimento da população mundial, necessitada de se equipar com casas e máquinas, o padrão de vida médio na Europa e nos Estados Unidos aumentou, penso Keynes, cerca de quatro vezes.

Se o capital aumentasse em 2% ao ano, o equipamento de capital do mundo terá aumentado pela metade em vinte anos e sete vezes e meia em cem anos! “Pense nisso em termos de coisas materiais – casas, transporte e assim por diante. Ao mesmo tempo, as melhorias técnicas na produção e nos transportes têm progredido a um ritmo mais acelerado nos últimos dez anos como nunca houve antes na História.”

Havia evidências de as mudanças técnicas revolucionárias, até então afetando principalmente a indústria, poderiam em breve beneficiar a agricultura. Keynes percebia estar às vésperas de melhorias na eficiência da produção alimentar tão grandes como as já ocorridas na mineração, na indústria e nos transportes.

Reconhecia um novo problema, *o desemprego tecnológico*, devido à descoberta de meios de economizar a utilização do trabalho. Ultrapassava o ritmo possível de encontrar novas ocupações para os trabalhadores. Apareceram em serviços urbanos.

Keynes dizia esta ser apenas uma fase temporária de desajustamento. Tudo isso significava, “em longo prazo, a humanidade resolverá seu problema econômico. Eu preveria o padrão de vida nos países progressistas, daqui a cem anos, será entre quatro e oito vezes mais elevado diante de hoje”.

Chegava à conclusão de, “presumindo não haver guerras importantes [ele não antevia a II Grande Guerra], nem aumento importante da população [8 bilhões atualmente], *o problema econômico poderá ser resolvido, ou pelo menos estar à vista de uma solução, dentro de cem anos*. Isto significa o problema econômico não ser – se olharmos para o futuro – o problema permanente da raça humana”.

Por qual razão, o leitor pode perguntar, isso é tão surpreendente? É surpreendente porque – se, em vez de olharmos para o futuro, olharmos para o passado – descobriremos o problema econômico, a luta pela subsistência, sempre foi até agora o problema principal e mais premente da raça humana.

Se o problema econômico for resolvido, a humanidade ficará privada do seu propósito tradicional. Se alguém acredita nos valores reais da vida, a perspectiva pelo menos abre a possibilidade de benefícios.

Assim, pela primeira vez desde a sua criação, o homem será confrontado com o seu problema real e permanente – como usar a sua liberdade de preocupações econômicas urgentes, como ocupar o lazer. A ciência e os juros compostos lhe terão proporcionado a viver sábia e agradavelmente bem. “Os árdios e determinados geradores de dinheiro, devido ao *amor pelo dinheiro*, podem levar-nos a todos consigo para o colo da abundância econômica”.

Antevisão do Futuro com Trabalho Criativo

Na *coda* do ensaio “futurista” de John Maynard Keynes, “Possibilidades econômicas para os nossos netos”, publicado no livro *Essays in Persuasion* em 1931, ele afirma “ter certeza de, com um pouco mais de experiência, a raça humana usará a recém-descoberta riqueza da natureza de maneira bem diferente da forma como os ricos a usam hoje – e traçaremos para nós mesmos um plano de vida bem diferente do deles”.

Nas futuras Eras de Abundância, todos precisarão fazer alguns *trabalhos criativos não alienados* se quiserem ficar contentes. “Faremos mais coisas por nós mesmos em vez do habitual para feito os ricos de hoje, muito felizes por ter pequenos deveres, tarefas e rotinas”.

Mas, para além disto, esforçar-nos-emos para o trabalho ainda há por fazer ser tão amplamente partilhado quanto possível. “Turnos de três horas ou uma semana de quinze horas podem adiar o problema por um bom tempo”.

Descobri com a leitura deste ensaio de Keynes, antes desconhecido por mim, a mesma dedução a qual obtive 80 anos depois. Com o aumento da produtividade, devido à 4ª. Revolução Industrial com automação e/ou automação, será possível perfeitamente diminuir a jornada de trabalho semanal para quatro dias úteis, mantendo o salário.

Há mudanças também em outras esferas esperadas de ocorrer por ele. Quando a acumulação de riqueza deixar de ter grande importância social, haverá grandes mudanças no *código de moral*.

“Seremos capazes de nos livrar de muitos dos *princípios pseudomoraes*. Eles nos atormentaram durante duzentos anos, pelos quais exaltamos algumas das mais desagradáveis qualidades humanas à posição das mais elevadas virtudes. Seremos capazes de ousar *avaliar o motivo do dinheiro pelo seu verdadeiro valor*.”

O *amor ao dinheiro como fim* de aquisição de propriedades – distinto do *amor ao dinheiro como meio* para obtenção dos prazeres e enfrentamento das realidades da vida – será reconhecido de ser “uma morbidez um tanto repugnante, uma daquelas propensões semicriminosas e semipatológicas entregue com arrepio aos especialistas em doenças mentais”.

Ainda existirão muitas pessoas com objetivos intensos e insatisfeitos. Elas perseguirão cegamente a riqueza – exceto caso consigam encontrar algum substituto plausível. Mas o resto de nós, ocupados em trabalhos criativos e não alienados, não terá mais nenhuma obrigação de aplaudir e encorajá-los.

A determinação de enriquecimento pessoal significa estarmos mais preocupados com os resultados futuros remotos das nossas ações em lugar de estarmos pensando na nossa qualidade de vida atual ou em seus efeitos imediatos no nosso próprio meio ambiente. O homem avarento, obcecado por adquirir e acumular dinheiro, está sempre tentando assegurar uma imortalidade espúria e ilusória para seus atos, empurrando seu interesse por eles para frente no tempo.

Keynes fez um comentário inusitado, tipicamente de um financista. “Talvez não seja por acaso quem mais fez para trazer a promessa da imortalidade para o coração e a essência das nossas religiões [mobilidade social] também tenha feito mais pelo *princípio dos juros compostos* – e ame particularmente esta instituição humana”.

O *regime de juros compostos* (e não de juros simples) é o mais utilizado no mercado financeiro por oferecer maior rentabilidade financeira. Essa ocorre pelo fato de esse *regime de capitalização* ser calculado sempre com base no valor do montante do período anterior, o faz com o valor final crescer de maneira exponencial.

Juro é a remuneração cobrada pelo empréstimo do dinheiro próprio para uso por terceiros com a finalidade de obtenção de lucro pela *alavancagem financeira*, isto é, ganho de lucro operacional acima da despesa financeira pela tomada do empréstimo, devido à maior economia de escala. O credor ambiciona a repartição desse benefício obtido pelo devedor com seu dinheiro.

É expresso como um percentual sobre o valor emprestado e pode ser calculado de duas formas: *juros simples* ou *juros compostos*. O juro pode ser compreendido como uma espécie de “aluguel” de dinheiro.

Juros são *o valor do dinheiro no tempo*, ou seja, funcionam como se fossem o aluguel do dinheiro ou o pagamento do custo de oportunidade de outro usar seu dinheiro – e não você. A taxa de juro é o preço do “aluguel” do dinheiro por um período, cujo percentual é calculado pela divisão dos juros contratados pelo capital emprestado após poupado.

A *taxa de juros composta* é, para cada período do contrato (diário, mensal, anual etc.), haver um “novo capital”, em posse do devedor, para a cobrança da taxa de juros contratada. Esse “novo capital” é a soma do capital e do juro cobrado no período anterior.

Voltando a John Maynard Keynes, ele prevê o futuro longínquo em 1931 (100 anos atingidos daqui a 8 anos): “vejo-nos livres, portanto, para retornar a alguns dos mais seguros e certos princípios da religião e da virtude tradicional – *a avareza é um vício, a cobrança da usura é uma contravenção e o amor ao dinheiro é detestável*. Aqueles seguidores mais verdadeiramente nos caminhos da virtude e da sabedoria são aqueles com menos preocupação com o amanhã.

Mais uma vez valorizaremos os fins acima dos meios e preferiremos o bom ao útil. Honraremos aqueles capazes de nos ensinar como colher a hora e o dia, virtuosamente, as pessoas encantadoras capazes de desfrutar diretamente das coisas. Mas cuidado! *Ainda não chegou a hora para tudo isso.*”

A avareza, a usura e a precaução ainda deverão ser os deuses dos humanos por mais algum tempo. Segundo Keynes, “só eles podem tirar-nos do túnel da necessidade econômica para a luz do dia”.

Aguardava, portanto, em dias não tão remotos, a maior mudança já ocorrida no ambiente material da vida dos seres humanos como um todo. Haverá cada vez maiores classes e grupos de pessoas dos quais os problemas de necessidade econômica foram praticamente removidos.

“O ritmo no qual poderemos alcançar *o nosso destino de felicidade econômica* será governado por quatro coisas – 1. o nosso poder de controlar a população, 2. a nossa determinação em evitar guerras e dissensões civis, 3. a nossa vontade de confiar à ciência a direção daqueles assuntos propriamente da preocupação da ciência [e não de crenças dogmáticas], e 4. a taxa de acumulação fixada pela margem entre a nossa produção e o nosso consumo. Entre esses quatro fatores, o último cuidará facilmente de si mesmo, dados os três primeiros.”

Enquanto isso, sugere Keynes desfrutar a boa vida: “não haverá mal nenhum em fazer preparativos moderados para o nosso destino, em encorajar e experimentar as artes da vida, bem como as atividades com propósito altruísta ou social”.

Mas alerta: “não superestimemos a importância do problema econômico, nem sacrifiquemos às suas supostas necessidades *outras questões de significado maior e mais permanente*”.

Encerra o ensaio “Possibilidades econômicas para os nossos netos”, de maneira muito engraçada... e pertinente!

“Economia deveria ser assunto para especialistas – como a Odontologia. Se os economistas conseguissem ser considerados *peças humildes e competentes*, no nível dos dentistas, isso seria esplêndido!”

Considerações Finais: Keynes, Filósofo Social

Filosofia é o *amor pela sabedoria*, experimentado apenas pelo ser humano consciente de sua própria ignorância. Exige ultrapassar a opinião irrefletida do senso comum a qual se mantém cativa da realidade empírica e das aparências sensíveis.

O termo “filósofo social” refere-se a um filósofo ou pensador cujo trabalho se concentra na investigação e análise de questões relacionadas à sociedade humana, à política, à cultura, às relações sociais e a outras áreas relacionadas à vida em sociedade. Os filósofos sociais exploram questões fundamentais sobre:

1. como as sociedades funcionam,
2. como as pessoas interagem em grupos e
3. como os sistemas sociais e políticos influenciam a vida das pessoas.

Os filósofos sociais podem abordar uma ampla gama de tópicos e questões como:

Filosofia Política: eles investigam questões relacionadas ao poder, autoridade, justiça, liberdade, direitos humanos e governança. *Filósofos políticos* como John Locke, Jean-Jacques Rousseau e John Rawls são exemplos notáveis.

Filosofia Moral: exploram questões éticas e morais em contextos sociais, incluindo dilemas éticos, teorias de justiça e moralidade pública.

Filosofia da Cultura: analisam a cultura e sua influência na sociedade, incluindo a cultura popular, a cultura de massa, a cultura de consumo e as mudanças culturais ao longo do tempo.

Filosofia da Educação: investigam a natureza da educação, os objetivos da instrução e o papel da educação na formação de indivíduos e na sociedade em geral.

Filosofia da História: consideram questões sobre o progresso humano, a interpretação histórica e a compreensão das mudanças históricas.

Filosofia da Tecnologia: exploram como a tecnologia influencia a sociedade e a vida humana, bem como questões éticas relacionadas à tecnologia.

Filosofia da Ciência Social: abordam questões epistemológicas e metodológicas relacionadas à pesquisa nas ciências sociais, como Sociologia, Antropologia e Economia.

À primeira vista, o economista “divisor de águas” na história do pensamento econômico estaria classificado nesta última categoria. Mas ao conhecer mais sua *biografia* e suas ideias, contidas em sua *bibliografia*, fora do estrito campo de conhecimento da atividade econômica, propósito maior deste Texto para Discussão, temos de *rever nossos conceitos*.

Os filósofos sociais desempenham um papel importante na análise crítica e na reflexão sobre os desafios e questões enfrentados pelas sociedades humanas. Seus escritos e teorias contribuem para o desenvolvimento do pensamento político, social e ético, além de fornecer *insights* valiosos para a compreensão e melhoria das sociedades contemporâneas.

O conjunto da obra de Keynes se tornou clássica por ser reconhecida e valorizada por várias gerações, devido às suas características distintas e à influência duradoura sobre a cultura e o pensamento econômico, mas não só, também o político, o social, o institucional etc. Ele lida com temas e questões universais, objetos de reflexão ao longo do tempo, independentemente das mudanças culturais e sociais. Ela, como mostrei aqui, aborda temas como liberdade, justiça, moralidade e civilização humana.

Embora seu texto possa ser caracterizado por certa qualidade literária, com um estilo de escrita distinto, o uso eficaz da linguagem e uma narrativa habilidosa, aos olhos contemporâneos, peca por ser *prolixo*. Talvez, dada sua formação sofisticada, no início do século XX, Keynes faça uma demasiada demonstração de *erudição*: um conhecimento vasto e uma cultura variada, adquiridos por meio de instrução, leitura e debates.

Na verdade, usa palavras em demasia ao escrever sem sintetizar o pensamento como hoje se faz em postagens ligeiras. Torna-se cansativo ao jovem estudante contemporâneo com pretensão de aprender apenas com um breve “passar de olhos” por estender-se demais e arrastar-se até o fim. Por isso, aqui o decifrei e resumi.

Apesar disso, ao ler extratos da coletânea de seus escritos, verifiquei muitas de suas obras poderem ser consideradas clássicas, por serem inovadoras em sua abordagem ou estilo, rompendo com convenções econômicas existentes e inspirando outras obras de seus seguidores. Destaco, especialmente, seu *método de análise macrossistêmica* fundamentada nas interações entre indivíduos e instituições.

Sua obra clássica, portanto, deve continuar a ser lida, estudada, discutida e apreciada, embora já tenha muito tempo (quase um século) desde sua criação inicial. Ela influencia outras obras, pois deixou uma marca indelével na cultura econômica e política.

Seus ensaios de Filosofia Social entre 1925 e 1930, aqui resumidos, assim como sua *obra econômica* – o próximo passo no meu projeto *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* – são ricos em significado e abertos a interpretações múltiplas. Isto os torna relevantes em diferentes contextos e para diferentes gerações de leitores.

Enfim, sua obra clássica é capaz de resistir ao *teste do tempo*, mantendo sua importância e atração mesmo após muitos anos ou séculos. Ela é reconhecida por críticos acadêmicos e especialistas como uma contribuição significativa para a Economia e por filósofos como uma contribuição por sua reflexão sobre *método de análise da civilização humana*. Tem uma influência significativa na construção da identidade cultural da nossa sociedade capitalista.

É importante observar: nem todas as obras hoje consideradas clássicas foram imediatamente reconhecidas como tal, em seu tempo, como foi a de Keynes desde a década dos 20s até os anos 60s. O reconhecimento como um clássico muitas vezes requer a passagem do tempo e a validação de várias gerações de leitores e críticos.

Por fim, destacarei alguns de seus vanguardismos sobreviventes até o nosso tempo. Desde logo, chamo a atenção por seu postulado: “os estados de consciência a respeito dos prazeres das relações humanas constituem o fim último da racionalidade na ação humana e o único critério do progresso social”. Antecipou a Economia da Felicidade ou da Boa Vida!

Destacou, de longe, as coisas mais valiosas são certos estados de consciência, descritos como os prazeres das relações humanas e o prazer com objetos belos. O afeto pessoal e a apreciação de *o que é belo*, na Arte ou na Natureza, inclusive Humana, são bons em si mesmos.

A igualdade e o altruísmo entraram na sua Filosofia Política. Desses atributos surgiram tanto a democracia como o socialismo utilitário. No entanto, este não eliminou a antiga corrente do individualismo e *laissez-faire*. Misturou...

Argumenta o pensamento econômico ter realizado uma união milagrosa ao harmonizar o individualismo conservador com o socialismo e o igualitarismo democrático. Os economistas deram uma base científica a essa “harmonia entre opostos”: a vantagem privada e o bem público.

Surgiu, entre eles, a ideia de bastar os indivíduos perseguirem seus próprios interesses, em condições de livre-mercado, para promover ao mesmo tempo o interesse geral. Essa Ciência Econômica era boa, aparentemente, apenas para o homem de negócios, afinal, a iniciativa privada irrestrita promoveria o bem maior do todo.

Desejando obter status de Ciência, os economistas, para teorizar no século XVIII, se inspiraram nas Leis de Newton: inércia, dinâmica pela aceleração de uma massa, ação e reação de pares de forças. Economia passou a ser vista como um sistema mecânico em equilíbrio pendular via preços relativos.

Infelizmente, apenas *a queda da maçã* chamou a atenção de Isaac Newton e levou à descoberta da Lei da Gravidade, em vez de *o crescimento das maçãs*... John Maynard Keynes destaca a integração do “mecanismo de mercado” (Física) com o “organismo de mercado” (Biologia). Sob a inspiração de Charles Darwin, compreendemos melhor a economia como um dos componentes de um complexo sistema adaptativo, composto de seres humanos e instituições interdependentes, em um mundo vivo e dinâmico.

O princípio do “darwinismo social”, deturpação metafórica do darwinismo biológico, considerava sempre adequada a sobrevivência do mais apto na concorrência cega. Pode ser considerado uma vasta generalização do dito pela Economia neoclássica desde a segunda metade do século XIX.

Essas pressupostas razões “científicas” (sic) e a atmosfera intelectual-religiosa são as explicações, segundo Keynes, da razão a favor do *laissez faire*. Daí a ação estatal para regular o valor do dinheiro, ou planejar o investimento, ou controlar a população, até hoje provoca suspeitas... O dogma é: *para governar melhor ser preciso governar menos*. A palavra de ordem no governo deveria ser: – *Fique quieto!*”.

O dogma da harmonia social era todo proprietário, deixado livre para dispor de sua própria propriedade, resultaria no melhor dos mundos. Mas uma verdadeira análise científica não levaria os economistas a tal conclusão. A máxima de *laissez faire* com sua política individualista não tem base científica de acordo com a contemporânea Ciência da Complexidade.

A Econofísica ou a Economia Evolucionária, ambas transdisciplinares, concordam a respeito da dependência de trajetória caótica: “a história importa”, mesmo se afastando progressivamente de condições iniciais desconhecidas. A conjuntura ou configuração atual são meras *estruturas circunstanciais*, compostas de fatos transcorridos, em um processo socioeconômico e político ainda em andamento, a partir de *condições iniciais desconhecidas*, ou seja, sem se saber qual foi *a linha de partida*.

Logo, descarta qualquer ideia de equilíbrio estável ou permanente. Todos somos “passageiros do tempo”, em uma dinâmica de desequilíbrios contínuos ou incessantes.

Ao contrário, a ideia neoclássica do “darwinismo social” de o livre-mercado levar ao topo os produtores de lucros mais bem-sucedidos, e assim selecionar os mais eficientes através da falência

dos menos eficientes, não contabiliza o custo dessa luta concorrencial pela sobrevivência. Avaliam os benefícios (de um resultado presumido hipoteticamente) serem permanentes, ou seja, melhores para sempre.

É muito curioso o paralelismo entre a *economia laissez-faire* e o *darwinismo social*. Assim como Darwin invocou *o amor sexual*, capaz de direcionar a evolução biológica ao longo de linhas adequadas ao meio-ambiente, também o individualista invoca *o amor ao dinheiro*, agindo através da maximização do lucro como motivo da competição natural.

A conclusão de os indivíduos, ao atuarem de forma independente, em causa própria, produzirem o maior agregado de riqueza depende de uma variedade de *pressupostos irrealistas*. Os processos de produção e consumo apresentados não são *orgânicos*.

Como enfrentam as complicações surgidas na realidade, por exemplo, quais os efeitos do desequilíbrio danoso de as unidades eficientes de produção produzirem muito acima do desejado pelas unidades de consumo? O tempo necessário para eventual ajuste não é longo ou imprevisível? As economias de escala não levam à concentração dos produtores, em estruturas de mercado oligopolistas ou monopolistas, interferindo na igualdade na negociação?

Keynes não deixa de demarcar seu anticomunismo de liberal inglês. Argumenta os princípios de *laissez faire* terem fincado pé pela má qualidade das propostas oponentes – o protecionismo, pelo lado desenvolvimentista, e o socialismo marxista, pelo lado esquerdista. Esnoba este simplesmente dizendo ser *uma doutrina ilógica e monótona...*

Mesmo o “socialismo de guerra” não foi um bom exemplo. A produção de riqueza em uma escala muito maior envolveu uma dissipação de esforços prodigiosa com desperdício de recursos e sem considerar os custos na imediata destruição das armas.

Mais interessante é sua discussão de uma Agenda de Estado inclusive por grandes companhias abertas por ações. Sugere a ação social para o bem público, coisa contrária à ortodoxia econômica – e até mesmo ofensivo!

No mundo econômico, o interesse privado e o social nem sempre coincidem. Não é uma dedução correta o interesse próprio ser sempre iluminado e operar no interesse público.

Os indivíduos agem separadamente para promover os seus próprios fins e não têm iniciativa para alcançá-los em conjunto. O Estado, guiado pelo espírito público da *casta dos sábios intelectuais tecnocratas*, deve distinguir aquilo de sua responsabilidade dirigir e o deixado, com o mínimo de interferência possível, ao esforço individual.

Keynes sugere o tamanho ideal da unidade de controle e organização se situar em algum lugar entre o indivíduo e o Estado. O progresso reside no crescimento e no reconhecimento de *órgãos semiautônomos* dentro do Estado, visando o bem público.

O altruísmo de suas ações conscientes beneficia outros cidadãos em lugar da vantagem separada de indivíduos, grupos ou classes particulares. Esses órgãos relativamente autônomos estão sujeitos, em última instância, à soberania da democracia expressa através do Parlamento ou Congresso Nacional.

Mas mais interessante diante dessa evolução sistêmica é a tendência, destacada por Keynes, das companhias por ações, quando se tornam “grandes corporações”, se aproximarem do *estatuto de empresas públicas*, em vez de se aproximarem do estatuto de *empresa privada individualista*. Ele, um liberal clássico, vê como positiva “a tendência das grandes empresas se socializarem”, ou seja, virarem *instituições públicas não estatais*.

Quando este estágio é alcançado, a reputação da instituição pela adoção de um ambiente de trabalho inclusivo, ético e um negócio ambientalmente sustentável, de modo a garantir a qualidade de vida para todos, é mais considerada pela administração em vez de alcançar o lucro máximo para os acionistas. O interesse direto da gestão consiste em evitar críticas do público e dos clientes da empresa, caso não corresponda às práticas ambientais, sociais e de governança exigidas de uma grande organização.

Keynes critica o Socialismo de Estado doutrinário porque seus adeptos ignoram o significado da *evolução institucional sistêmica* de maneira democrática. Ela já está acontecendo pela força da vontade pública, ou seja, pressão por conquistas sociais gradativas, mas permanentes e transformadoras.

A cura para a incerteza, causadora de desemprego involuntário e desapontamento de expectativas empresariais, deve ser procurada, em parte, no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central, e em parte no planejamento estatal do desenvolvimento. Envolveriam a sociedade no *exercício da inteligência diretiva*.

Keynes acreditava não estar longe o dia no qual o problema econômico ficaria em segundo plano, onde pertence. Nossa mente e nossos sentimentos seriam então ocupados (ou reocupados) pelos nossos problemas reais, os problemas da vida e das relações humanas, da criação e do comportamento e da religião”.

Chegava à conclusão de, “presumindo não haver guerras importantes [ele não antevia a II Grande Guerra], nem aumento importante da população [8 bilhões atualmente], o problema econômico poderá ser resolvido, ou pelo menos estar à vista de uma solução, dentro de cem anos. Isto significa o problema econômico não ser – se olharmos para o futuro – o problema permanente da raça humana”.

Nas futuras Eras de Abundância, todos precisarão fazer alguns trabalhos criativos não alienados se quiserem ficar contentes. “Faremos mais coisas por nós mesmos, em vez do habitual feito para os ricos de hoje, muito felizes por ter pequenos deveres, tarefas e rotinas”.

Mas, para além disto, esforçar-nos-emos para o trabalho ainda há por fazer ser tão amplamente partilhado quanto possível. “Turnos de três horas ou uma semana de quinze horas podem adiar o problema por um bom tempo”.

Descobri com a leitura deste ensaio de Keynes, antes desconhecido por mim, a mesma dedução racional a qual obtive 80 anos depois. Com o aumento da produtividade, devido à 4ª. Revolução Industrial com automação e/ou automação, será possível perfeitamente diminuir a jornada de trabalho semanal para quatro dias úteis, mantendo o salário.

Bibliografia

- AMADEO, Edward (Ed.). *John Maynard Keynes: cinquenta anos da Teoria Geral*. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1989. 176p.
- GAZIER, Bernard. *John Maynard Keynes*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- HARROD, Roy. *The Life of John Maynard Keynes*. London; New York: Macmillan, 1951.
- KALECKI, M. Algumas observações sobre a Teoria de Keynes. KEYNES. Teorias Alternativas da Taxa de juros. OHLIN. Uma Réplica. KEYNES. A Teoria *Ex-Ante* da Taxa de Juros. *Clássicos da Literatura Econômica*. Rio de Janeiro: IPEA-INPES; 1988. 450p.
- KEYNES, John Maynard y Otros. *Crítica de la Economía Clásica*. Barcelona: Ariel, 1972.
- KEYNES, John Maynard. Inflação e deflação. *Essays in Persuasion* (Part II: *Inflation and Deflation*). São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 7-54. (Os Pensadores XLVII).
- KEYNES, John Maynard. *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. Extratos encontram-se no livro John Maynard Keynes. SKIDELSKY, Robert (Ed.). *The Essential Keynes*. Penguin Classics; 2015. como CW 1, 2, etc. Usei aqui, em especial, o CW 9: *Essays in Persuasion* (1931) e *Essays in Biography* (1933). A coletânea foi publicada em cópia impressa em trinta volumes, incluindo bibliografia e índice, pela Macmillan/Cambridge University Press para a *Royal Economic Society*, 1971–1989. Uma versão eletrônica está disponível em: <https://www.cambridge.org/core/series/collected-writings-of-john-maynard-keynes/76BAC759DE69633B2FE5A471646FE40E>.
- KEYNES, John Neville. *The scope and method of political economy*. First Edition 1890. The University of Cambridge; Batoche Books, 1999.
- MINSKY, Hyman P. *John Maynard Keynes*. New York: Columbia University Press, 1975.
- MOGGRIDGE, Donald. *John Maynard Keynes. An Economist's Biography*. London: Routledge, 1992.
- ROBINSON, A. *John Maynard Keynes. Economic Journal*, Mar. 1947.
- SKIDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes*. London; New York: Macmillan, v. 1, 1983; v. 2, 1992; v. 3, 2000.
- SKIDELSKY, Robert. *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Educação, 1999.
- SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1978.